

Pauta: Conselho Municipal do Idoso – Comui; verbas

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h22min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. A pauta, muito importante, é uma solicitação do Conselho Municipal do Idoso, Comui. Esta comissão está tendo por prática, desde o início da gestão, trazer pautas importantes para a cidade. Já tivemos algumas reuniões, Ver. Cassiá, Ver. Pedro Ruas, Ver. Alex, para debater o tema do idoso. Foram muito relevantes e muito importantes as pautas que foram trazidas aqui, inclusive, referente à questão dos golpes que os idosos vêm sofrendo, das formas como o Procon pode agir, para que a gente possa ver uma possibilidade de facilitar a vida dos nossos idosos nessas situações, principalmente quando há direitos violados. Hoje, atendendo a esse pedido do Comui, com muita alegria, recebemos a dona Neli, a dona Anna Silvia, obrigado pela presença de vocês, para que a gente possa fazer um debate. Também quero agradecer a todas as entidades aqui presentes, representadas por seus coordenadores, por seus usuários, eu vejo que tem não só os coordenadores das entidades, tem bastantes usuários que demandam essas entidades, para que possam fazer diferença na vida dos nossos idosos, principalmente, do porto-alegrense. Fazendo parte do governo, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, está aqui a Rochele, está aqui a Jeniffer, o secretário Nelsinho também está presente na Casa. Ele teve que ir até o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, está ali no CMDCA. Também, representando a Secretaria da Fazenda, o Dr. Vanderlei, a contadoria-geral do município, e o Dr. Gilberto. Antes de passar a palavra, já temos algumas inscrições de vereadores, peço aos senhores e às senhoras que, toda vez que forem falar no microfone, digam o nome e a entidade, para que possam ficar gravadas nas notas taquigráficas até, posteriormente, para vocês poderem ter acesso às atas desta reunião. Passo a palavra ao nosso decano, Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, vereador-presidente

Conselheiro Marcelo; Ver. Cassiá Carpes, Ver. Alex Fraga, Sra. Neli, Srta. Anna, Rochele, Jeniffer, amigos que compõem a Mesa, autoridades que representam a Fazenda, representam o governo municipal, idosas, muitas; idosos, poucos, mas que nos dão a alegria de estarem aqui e, ao mesmo tempo, um certo receio, não é tão simples a nossa situação, não é Cassiá? A gente fala com muita seriedade e compromisso, poderiam ser apenas crianças, poderiam ser adolescentes, esta comissão tem uma tradição de ter com os direitos humanos, realmente, compromisso. Nem sempre as composições, do ponto de vista dos vereadores, refletem isso, mas ela tem uma tradição. Eu sou chamado de decano, porque eu sou o único vereador dos anos 1980 na Casa, sou o único vereador do prédio velho, na Prefeitura. No meu primeiro mandato, eu tinha 29 anos, eu tenho 67, há um certo tempo de luta aí nisso. Mas o que os idosos são desconsiderados no mundo inteiro é algo inacreditável. No Brasil, isso piora bastante, e lamentavelmente a nossa capital é um péssimo exemplo, é inacreditável isso. Por que Porto Alegre é um exemplo tão ruim? Eu acho que é uma das questões, e aqui concluo, esta é uma das questões: por que Porto Alegre? Eu já me debrucei do porquê Porto Alegre do lado ruim muitas vezes. Por que Porto Alegre tem a maior incidência de Aids do Brasil? Por que Porto Alegre tem a maior incidência de câncer de pulmão do Brasil? E por que Porto Alegre trata tão mal os seus idosos, é a pior capital do Brasil? Essas questões, Ver. Alvoni Medina, que eu vejo aqui nos desafiam e nos obrigam a refletir. Eu, como porto-alegrense e com esses sete mandatos, tenho que ter alguma resposta nesse sentido. Se não tenho resposta, Ana, eu tenho obrigação de procurar. Acho que vocês começam aqui a provocação, a melhor de todas, que é fazer a comissão temática da CEDECONDH, que representa a Câmara para esse tema, refletir, buscar, exigir e, acima de tudo, conseguir mudanças. Nós vamos trabalhar bastante, esta é uma reunião que não se esgota aqui evidentemente, isso é um encontro, na verdade, Rochele, isso é um encontro de muitas e muitas reuniões. Algumas acontecerão aqui, e outras tantas em vários lugares, enfim. O nosso presidente Conselheiro Marcelo conduz essas pautas com muito brilhantismo, com muito compromisso, com muito sentido de

democracia. Vamos levar adiante e vamos chegar a um bom termo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas, um dos meus professores nesta comissão. Quero passar a palavra para o meu professor também aqui, Ver. Cássia Carpes.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Estava olhando aqui... mas a maioria dos que eu tenho, que são seis, chega a quase R\$ 50 milhões de superávit. Esta é a grande questão. Eu só posso dar opinião no momento em que vocês me afirmarem por que tem esse superávit, por que não gastam esse dinheiro. Se vocês me disserem por que não gastam, eu posso me posicionar melhor. Agora, eu não consigo entender onde foi a falha, onde está a falha. Como é que o superávit, não é fundo, não é o fundo todo, só superávit, chega a quase R\$ 50 milhões, esses que eu tenho aqui, que são seis. Esse foi um pronunciamento meu na tribuna. Eu apoio a união desses, está lá o projeto, porque não tem por que estar parado, tem que ser usado. Se vocês não usarem, a Prefeitura vai usar – essa é a realidade que nós temos que tratar, eu quero ajudar nesse sentido. Agora, não posso entender que todos esses anos, eu tenho 70 anos, graças a Deus não precisei até hoje, também não precisou ainda, mas podemos precisar, nós queremos amparar vocês, que a gente possa ajudar. Mas eu não posso entender, com todo esse tempo, só de superávit chegue a mais de R\$ 50 milhões. Está havendo falha aí, não sei se é no governo, se é das entidades, esse dinheiro poderia estar aí ajudando os idosos. Porto Alegre tem muito projeto bom. Porto Alegre tem mais de 700 praças. Porto Alegre tem entidades, eu vou citar uma, como a Ararigboia, que trabalha muito bem com os idosos, dentre outras. E as entidades que foram elencadas aqui que nós sabemos: a SPAAN, o Asilo Padre Cacique, estão todas aí, olha, entidades maravilhosas e fazem um trabalho maravilhoso para o idoso. Eu quero saber aonde que está a falha? O que está havendo? Por que que tem esse superávit extraordinário, dentro de uma realidade em que nós precisamos muito mais para os idosos? Essa é a minha abertura. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Cassiá. Algum outro vereador gostaria de falar, Ver. Alex, Ver. Medina? Então, só para fazer um registro a vocês, como vocês percebem, estou usando uma camisa em que consta a minha foto e a foto do meu irmão. Este ano, neste mês, agora, estamos no mês do Setembro Amarelo, da prevenção do suicídio, meu irmão, aos 27 anos, cometeu suicídio, então vivi isso na família e, com certeza, é um tema muito importante também que nós temos que prestar mais atenção. A depressão, enfim, é muito silenciosa e ela tem que ser tratada. Eu fui conselheiro tutelar por quase 20 anos aqui, na cidade de Porto Alegre, na região Humaitá/Navegantes e Ilhas, e a depressão não está só na idade de vocês, a depressão está desde da primeira infância, desde os nove anos, desde os sete, quatro, cinco anos, então, quando tiver alguma questão, quando tiver alguma situação que vocês entendam, não é frescura, não é birra, é uma realidade que nós temos que trabalhar de forma correta e levar aos órgãos públicos, levar aos órgãos competentes para que possam lidar com essa situação. Com certeza, da forma que eu vivenciei a situação do meu irmão, um menino formado em Direito, aos 27 anos, por depressão acabou tirando sua própria vida. Então é um tema muito importante também, Pedro e demais vereadores, que nós temos que estar atentos, porque nós passamos pela pandemia há pouco tempo, infelizmente, levou muitas vidas, mas que também há uma nova tendência de que muitos desencarnes, possivelmente, será por suicídio. E essa é uma realidade e afronta a todos. Não poderia deixar de fazer esse registro nesta tarde de hoje, num tema tão importante, assim como o que está aqui hoje. Passo a palavra agora a Sra. Neli, vamos passar, então, para as entidades, enfim, para que, depois, a gente possa passar para o governo ali, para que possam fazer as ponderações e esse debate, dessa forma que principalmente o próprio Ver. Cassiá colocou, da realidade que hoje se encontra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O Ver. Cassiá Carpes colocou de uma maneira muito precisa. E eu sugiro, apenas sugiro, que a Sra. Neli comece com esse tema porque, de fato, fui secretário de Estado, fui secretário de Município,

eu sei que, geralmente, o que falta é projeto ou tem uma outra explicação, mas, de fato, nós temos que colocar para a sociedade o que está ocorrendo e trabalhar em cima disso. Só esse registro. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só para avisar também que nós estamos ao vivo pela TVCâmara agora também. Então o público em casa está nos assistindo também em tempo real.

SRA. NELI MIOTTO: Obrigada. Primeiro, boa tarde vereadores, a mesa aqui, os colegas das secretarias, servidores do governo; a Ana, que está representando aqui o Fórum das Entidades; a todas as entidades aqui participantes, muito obrigada por estarem conosco frente a esta que eu considero uma luta coletiva. É uma luta em prol dos direitos e da garantia de direitos da pessoa idosa. Primeiro, eu vou pedir licença à mesa para convidar duas representantes das entidades a fazer parte: Adriana, por gentileza, representante do Banco de Alimentos; e a Anete, da Câmara de Assessoramento do Comui.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Sejam bem-vindas.

SRA. NELI MIOTTO: Obrigada, gurias. Então, costumo ser muito objetiva nas minhas considerações e não o farei diferente. E gostaria de responder às perguntas do Ver. Cassiá Carpes e do Ver. Pedro Ruas. Hoje, somente o Comui, pela última informação que nós tivemos, há cerca de duas semanas, possui R\$ 42 milhões em caixa – só o Comui. Isso é o que a gente sabe que existe na conta, que nos foi passado pela secretaria há duas semanas.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Isso é saldo ou é superávit?

SRA. NELI MIOTTO: Nós não sabemos. Nós não temos esse detalhamento da prestação de contas. Segunda consideração: referente às entidades, por que esse dinheiro está em caixa? Hoje, todas as entidades possuem projetos e os

projetos têm demorado cerca de seis a sete meses para receberem a primeira parcela. São seis a sete meses de tramitação interna dentro da Prefeitura para que se receba a primeira parcela de um valor captado pela própria entidade, destinado para o seu projeto. Por isso que temos esse saldo tão grande porque a demora para o repasse desse valor às entidades, que, no governo passado – e aí eu vou trazer essa referência –, no governo passado nós tínhamos um prazo, um trâmite de cerca de 50 dias para a liberação do recurso, a partir do plano de aplicação, hoje já se vão quase sete meses. Então, essa é uma das explicações que a gente tem por conta desse saldo.

A outra consideração que eu gostaria de fazer é que as entidades estão passando por seríssimas dificuldades – seríssimas dificuldades –, porque no planejamento da própria Secretaria nós receberíamos o valor, a partir da do encaminhamento do plano de aplicação, as entidades receberiam o valor cerca de 50, 60 dias a partir da solicitação. O que a gente faz com os outros quatro meses de lacuna para manter um serviço que precisa ser contínuo? Como é que as entidades conseguem se sustentar por quatro meses aguardando um recurso que já foi captado e que é seu por direito, que é de renúncia fiscal, é um dinheiro público? Então, é em cima desse tema que a gente precisa sentar, discutir e agilizar os processos administrativos. Tem outras questões que estão na pauta também, mas eu vou deixar para trazer depois, eu vou passar a palavra para as outras colegas de mesa, pois acredito que seja importante que a gente tenha ciência dessa realidade, que existem muitos projetos aguardando recurso, existe edital público que, pelo prazo, já deveria ter sido pago, repassado às entidades esse valor do edital, o prazo máximo era até o dia 15 de julho, hoje nós estamos em setembro e somente três entidades receberam. E receberam na última semana, depois de inúmeras reuniões, inúmeros questionamentos também.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): (Pergunta fora do microfone.)

SRA. NELI MIOTTO: A primeira parcela do edital público.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Edital público para liberar dinheiro para essas quatro entidades em relação a quê?

SRA. NELI MIOTTO: Ao edital, que foram classificadas e que apresentaram o projeto.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sim, mas com qual objetivo?

SRA. NELI MIOTTO: Do Comui.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Qual o projeto?

SRA. NELI MIOTTO: O projeto da sua entidade, nós tínhamos um edital...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): O dinheiro foi para lá, mas foi para quê? É isso que eu estou perguntando.

SRA. NELI MIOTTO: Foi para o projeto destinado da entidade. Cada entidade tem um projeto diferente...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Ah, e tu não sabes dizer...?

SRA. NELI MIOTTO: Até saberia, a gente sabe dizer para qual projeto foi destinado...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Isso é importante para nós sabermos, porque temos várias entidades aqui, e nem todos têm a peculiaridade de conhecer as entidades. Embora, muitas vezes, a gente até ajude, mas eu considero isso muito importante.

SRA. NELI MIOTTO: Sim, a Anete, depois, vai trazer os projetos. Eu não gostaria de entrar em detalhamento de projeto, porque eu acho que é uma soma de entidades, e eu não quero priorizar uma ou outra entidade. A gente fala em nome do...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu entendo...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É que, via...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Então, é importante a gente saber como é que se está gastando o dinheiro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Neli, muitas vezes, o argumento dos governos, ao não liberar, ou para não liberar, falso ou verdadeiro, mas é o argumento via de regra usado, é esse; “Ah, não, mas não veio o projeto.” Ou: “O projeto foi inadequado.” Ou: “Não foi aprovado.”

SRA. NELI MIOTTO: Já foram aprovados.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Agora, projeto aprovado e o dinheiro não vem, bom, aí nós estamos entrando numa outra área.

SRA. NELI MIOTTO: Esse é o senão.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Uma área bem complicada. Pode dar até polícia.

SRA. NELI MIOTTO: Exatamente. A Lucilene é da Fundação dos Bancos Sociais.

SRA. LUCILENE NAVARRO: Meu nome é Lucilene, eu sou gerente da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais. Falando sobre o edital, eu estou aqui com um Termo de Fomento, que foi assinado no dia 30 de junho. Foi tudo aprovado, assinado. O recurso era para entrar dia 15 de julho; hoje é dia 5 de setembro e até hoje não entrou o recurso. É isso que elas estão falando. Certo?

SRA. NELI MIOTTO: E uma outra questão que eu acho importante, eu vou te abrir a palavra depois, Anete...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu gostaria de ir mais adiante ainda, porque eu não tenho conhecimento dessa causa. Eu gostaria de perguntar, por gentileza, nós estamos aqui, nós temos que aproveitar a oportunidade. Eu vejo muitas campanhas, mas eu preciso entender das campanhas. Esse projeto foi para que, do Banco de Alimentos? Como é que iria...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente não pode, é isso... A gente não quer estratificar, porque nós temos muitas entidades aqui, são 88 entidades.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Aí é difícil, aí é uma coisa fechada...

SRA. ADRIANA LOCKMANN: Eu acho que a pergunta é a seguinte, dá licença, Lucilene. Quem daqui tem projeto aprovado e não está liberado o recurso? Então, o senhor vai perguntar para cada um de nós. A gente não quer ser prioridade.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Então, me desculpem, mas todos vocês são entidades?

SRA. ADRIANA LOCKMANN: Todos somos entidades. Exatamente.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Exatamente. Eu não estou perguntando individual, mas eu gostaria, como vereador, de saber qual é o projeto para cada entidade. Por que é que não pode dizer? Eu estou achando estranho. Estou achando estranho.

SRA. ANETE MARIA NUNES OLIVEIRA: Eu poderia dar uma pequena explicação sobre o que são esses projetos?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Uma pequena explicação, isso é muito importante...

SRA. ANETE MARIA NUNES OLIVEIRA: Eu acho que um resumo eu posso fazer...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu até entendo que se não fossem bons projetos não seriam aprovados pelo Executivo; se foram, o Executivo está devendo, mas a sua explicação é fundamental.

SRA. ANETE MARIA NUNES OLIVEIRA: Meu nome é Anete, eu sou conselheira do Comui, já na segunda gestão. Eu represento, lá no Comui, uma cadeira do Lar Maria de Nazaré; e dentro do Comui, eu sou responsável pela Câmara de Assessoramento e Finanças, que é quem acompanha essa prestação de contas da Secretaria para com o Comui sobre os saldos do fundo e sobre a utilização dos recursos do fundo. O único componente do fundo são doações recebidas do imposto de renda. No momento é isso. Nós não temos nenhum outro aporte, nem da Prefeitura, de nenhum outro órgão. São somente doações. Então, essas doações são feitas diretamente a um projeto que já está aprovado, porque para o projeto receber alguma doação, ele tem que estar aprovado com uma carta de captação aprovada, numerada e publicada. Uma vez que o projeto for aprovado e as captações são recebidas, as entidades apresentam o seu projeto, aliás, o valor que elas vão utilizar num primeiro

momento, por quê? Porque a captação dura dois anos, e eu posso captar, no primeiro ano, um valor, executo aquele valor, solicito a execução daquele valor, e, à medida que eu vou captando mais, eu posso solicitar outra execução. Um dos motivos que nós temos saldo alto é que, até agora, não se podia executar dois contratos de uso dos recursos para o mesmo projeto. Então, digamos, no primeiro ano, meu projeto era de R\$ 2 milhões; no primeiro ano, eu captei R\$ 500 mil, eu comecei a usar aqueles R\$ 500 mil, e eu disse que eu vou usar em 12 meses. Então, eu vou receber 12 parcelas daqueles R\$ 500 mil, que, como disse a Neli, atrasam seis, sete meses para se receber a primeira parcela. Digamos que no sexto mês que eu coloquei o meu projeto a captar, eu captei mais R\$ 1 milhão, então eu já tinha aqueles primeiro R\$ 500 mil, agora eu tenho mais R\$ 1 milhão. Então, a entidade pode entrar com outro pedido para usar esse outro milhão em digamos 24 parcelas. A questão é que hoje ela não pode fazer esses pedidos simultaneamente, esse é um dos problemas que nós estamos tentando resolver, acho que daqui para frente a gente vai conseguir fazer isso – não é, Rochele? –, vai reduzir um pouco essa demora no recebimento. A outra questão é: esses valores que estão no saldo do fundo, que hoje montam R\$ 42 milhões, eles são todos entidades, mas 5% desses recursos é retido para um fundo, que a gente chama fundo livre do conselho. Talvez seja a isso que o senhor esteja se referindo quando fala de superávit, porque o fundo ele não tem superávit...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ANETE MARIA NUNES OLIVEIRA: Isso, então o valor que é para as entidades é 95% desse saldo; 5% ficam no fundo livre, e esse fundo livre é que o conselho elabora editais, publica e chama as entidades para se apresentarem com seus projetos. Só que cada edital tem um foco. Então, esse último edital a que eles tão se referindo é direcionado para determinadas ações. Esse edital foi direcionado para ações que promovam o envelhecimento saudável, esse é o foco dele, e dentro desse foco, tem várias ações que são, vamos dizer, aceitas

em cada projeto. Então, cada entidade elaborou o seu, digamos que uma delas quer fazer é uma ação de alimentação, a outra quer fazer de fisioterapia, a outra de academia e sei lá o que, entende? Passeios culturais, enfim. Então, cada uma delas define o seu foco, é isso que elas estão dizendo que não queriam especificar, mas o edital tem um foco...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Nesse aspecto, se nós não trouxermos isso à tona, que a senhora está dizendo com muita propriedade, bem didaticamente, a gente acaba não entendendo como é que se gasta menos e tem superávit a mais, e fundo a mais, quer dizer que há uma burocracia aí que vocês têm que começar agora a dizer por que isso acontece. Aí nós temos o lado do governo que vai dizer as dificuldades de aprovar esses editais, *etc., etc.*, acho que é bom para nós. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Há um dado importante, acho que o Ver. Cassiá enfoca bem, mas fundamentalmente a sua resposta é brilhante, e me chamou a atenção um dado, segundo alguma regra, não pode mais de um ao mesmo tempo. Mas que regra é essa? Quem criou a regra? Quem fez essa regra? Bom, essa regra deveria acabar; por óbvio, a primeira coisa que tem que acabar, presidente, é essa regra. Que regramento é esse? Aliás, isso aí é uma coisa muito comum, as pessoas fazem regras, de repente tem ali um guarda de trânsito e nessa rua não pode entrar. As pessoas nem perguntam por que; a pessoa se não pode, então não vai entrar. Não, eu quero saber por que eu não posso entrar nessa rua, o que está havendo nessa rua. “Não, é que a minha tia está lá, eu não quero que entre”. Não, só um pouquinho, eu moro lá, eu tenho que passar. Então, essa regra é a primeira que tem que cair, porque não há nenhum projeto... vejam a falta de lógica: o projeto é bom, captou R\$ 500 mil, com R\$ 1,5 milhão fica melhor ainda, aí consegui mais R\$ 1 milhão, aí não pode usar. Não, por favor... essa é a primeira que tem que mudar! Não é possível que numa situação tão grave de falta de recursos se tenha no Comui R\$ 42 milhões em caixa – sei lá se é superávit ou só saldo, o problema é que não pode dar lá

o dinheiro, que aliás eu espero que esteja. O que eu tenho visto em casos assim, que eu tenho visto, Anete – gravei teu nome e o seu não gravei, desculpe...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Anete, o que eu tenho visto muitas vezes é que a burocracia é criada, porque o dinheiro não está lá. (Palmas.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Claro, vai ter explicação, mas a pessoa não fica idosa sem aprender alguma coisa, eu fiquei idoso aprendendo coisas, são muitos mandatos, são muitos cargos, muitas funções, então... a Neli está rindo. Uma vantagem, eu acho que é a única até, desse tempo todo que passa é alguma experiência; aí se cria a burocracia para o dinheiro que não está lá. Eu, uma vez, descobri, como secretário de obras e saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, uma situação dessas, Ver. Alex Fraga, estava-se criando uma burocracia tão grande no fundo de recursos hídricos para liberar, e eu disse: “Mas o que que está havendo?”. Ninguém conseguia, nenhuma bacia hidrográfica, em 1999, tinha direito a receber e não conseguiam. Por quê? Fui descobrir, não estava lá o dinheiro; a maneira de adiar, adiar, adiar até um dia ter o dinheiro. Eu disse que iria denunciar que não tinha e denunciei: “Não, não tem o dinheiro”. Então, eu não estou dizendo que é o caso, não estou dizendo, mas eu já vi. Então, eu quero entender tudo isso aí, quero saber e quero agir.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Ver. Alvoni Medina.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos que estão aqui. Existe dinheiro, tem o dinheiro para fazer as obras, para as entidades receberem. Por parte de quem que existe a burocracia? Quem é que está impedindo que o dinheiro chegue até as entidades? Alguém, de repente, que assina, que libera.

Tem alguma secretaria que cuida disso? Alguém está atrapalhando no meio do caminho. Alguém tem que ser penalizado ou então tem que conversar com o pessoal que é responsável para que agilize, que coloque na rua aquilo que as pessoas precisam. As entidades têm direito, o projeto foi aprovado, e elas necessitam que esse dinheiro chegue até elas para poderem sobreviver. Nós temos que agilizar, essa burocracia tem que mudar.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Alvoni Medina. Passamos a palavra para Anna Silvia e depois passamos para o governo começar a fazer esse diálogo para que a gente consiga dar mais qualidade nesta reunião de hoje, porque nós temos horário e para que a gente consiga cumprir a nossa agenda nesta tarde de hoje. Toda vez que forem falar ao microfone, favor dizer o nome e a entidade que está representando.

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: Boa tarde a todos os participantes, presencialmente e virtualmente também, meu nome é Anna Silvia Fonseca e aqui represento o fórum através da entidade Associação dos Aposentados da CRT – AACRT.

Nós estamos num espaço e vou ser bem objetiva. Nós estamos num espaço político, mas nós não queremos que isso se transforme numa luta política. Muito antes de mudar as regras, nós só queremos que as regras sejam cumpridas, e eu admiro muito e todos nós acreditamos e reverenciamos o trabalho que vocês estão fazendo, a luta para fugir de um trâmite burocrático que não é privilégio ou problema dessa administração.

Esse problema não é de agora, dos últimos dois, três anos, não sejamos falsos. Isso é a burocracia do serviço público porto-alegrense, gaúcho, baiano, mineiro, infelizmente. Então, não se preocupem, não é uma assim: muito fácil, cadê o dinheiro? Não tem dinheiro. Sim, o dinheiro está lá, é um problema de termos muitos projetos, mas a lentidão desses processos é que tem que ser resolvida. Nós não queremos mudar as regras, nós queremos somente que as regras sejam cumpridas temporalmente falando.

Um outro problema que eu acho que tem que ser colocado aqui é que Porto Alegre é a capital mais longeva e que nós estamos todos envelhecendo, e esse discurso todos sabemos, mas Porto Alegre, que já foi uma cidade amiga do idoso, não é mais nada em relação ao idoso. O que são nossas calçadas? O que é o nosso transporte público para quem tem problema de mobilidade? Nós, infelizmente, mal conseguimos cuidar do idoso carente, doente e cheio de limitações. E nós que estamos aqui, Ver. Pedro Ruas, um idoso ativo, jovem, que quer aprender coisas novas, que quer estudar coisas novas, quer trabalhar e quer produzir. Porto Alegre não faz nada para isso e vocês também são responsáveis, vocês são vereadores desta cidade.

Porto Alegre não tem nada para um idoso que é ativo. Não tem projeto social, não tem centro de idoso com atividades. Eu sou idosa, eu quero sair da minha casa com as minhas pernas, caminhar três, quatro quadras, no máximo, que é o que eu consigo, com o meu fôlego, e ter um centro do idoso, que em outros locais, em outras capitais brasileiras, em diversos países na Europa, é muito comum. O cara chega lá, a mulher chega lá, ela tem jogo, ela tem aprendizado, ela tem cursos, ela tem capacitação, ela tem um apoio médico, psicológico. Nós não temos nada, mal cuidamos do idoso doente, coitado, que as nossas entidades quase morrem para conseguirem se cuidar.

Então, a discussão hoje – e foi o que nos trouxe muito aqui – é para resolver o problema agora. Não é para inventar a roda, é para resolver o problema das entidades que têm projetos aprovados, captados, com dinheiro, dentro dos R\$ 42 milhões do fundo, e que, por causa disso, daquilo e daquilo outro, não são repassados a nós, que criamos o projeto, que aprovamos o projeto, que fomos lá na iniciativa privada buscar dinheiro e nem campanha para divulgação desse repasse do imposto de renda é feita.

Mas eu queria colocar isso: eu prezo muito, como todas nós, tenho certeza, o trabalho que a Prefeitura tenta fazer, alguns colaboradores da Prefeitura tentam fazer no repasse. Só precisamos de uma ajuda de todos e não é só de vocês, óbvio, de muita gente mais e mais, com mais poder, para que resolvam esse

problema, para que a gente receba os recursos dentro dos prazos estipulados em lei. Só isso.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Anna. Passamos a palavra para a senhora.

SRA. ELEONORA KEHLES SPINATO: Sou, Eleonora Spinato, sou do Clube de Mães do Cristal, sou da Câmara de Assessoramento e Controle do Comui também. Quando o Ver. Pedro Ruas falou, esse é o meu intuito aqui, de fazer essa fala, vereadores, o Comui já perdeu R\$ 25 milhões retidos pela Prefeitura. Vocês podem me dizer, e muitos da Fazenda vão dizer: não, foi legal, porque seguiu a Emenda Constitucional nº 93, que permitia reter 30% dos fundos, e Porto Alegre continua retendo 30% dos demais fundos, com livre destinação, pasmem, uma desvinculação de 30% das receitas com livre destinação, isso as OSCs também sabem. Mas é importante registrar, os senhores podem dizer que seria legal, porque está baseado numa emenda constitucional, mas, convenhamos, é imoral, é imoral, porque foram retirados 30% dos recursos que as OSCs captaram para seus projetos. Significa que, de cada projeto que está lá no Comui, 30% foi retido para a Prefeitura com livre destinação, não foi para aplicação em algumas políticas para os idosos em Porto Alegre. Nós, o Comui, não sabemos, e nenhuma entidade aqui sabe para onde foi colocado esse recurso. E não é pouco, não são R\$ 1 mil, gente, são R\$ 25 milhões que foram retidos.

Têm umas manobras contábeis que vão dizer: não, a gente pagou. Não, foram retirados 30% do fundo do idoso, que isso totaliza R\$ 25 milhões, pasmem. Sem contar que a conta única, a conta do Comui, só foi efetivada em dezembro de 2017, antes ele ia para a conta única do Município. Uma ação do TCE fez com que se abrisse a conta exclusiva, mas ele fez pagar até os juros, que foram pagos depois para nós, porque a gente requereu. Todos os recursos anteriores a 2017, as instituições captavam e iam para a conta única. Quando abriu a conta do Comui, ela começou zerada, pois os recursos da conta única não migraram para

a conta do Comui. Era final de governo – se alguém quer se localizar –, Fortunati e Melo, para o governo Marchezan. Em 2000, ali mais adiante, foi feito um Decreto nº 20.061, que o prefeito Marchezan fez, desvinculando tanto o fundo do idoso, quanto o fundo da criança e todos, fundo de iluminação – se vocês forem pesquisar –, iluminação, coleta de lixo, tudo isso está sendo desvinculado. Nós travamos uma briga, o Comui junto com as entidades, com os fóruns para que retirasse do decreto o fundo do idoso, só foi retirado no início de 2021, foi feito um decreto retirando, ficou desvinculado todo esse tempo. Então, tem esse déficit, e o que é importante ressaltar é que o Comui está ligado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, antes era a governança local, a SMRI, de relações institucionais, passou para o desenvolvimento social, mas está ligado administrativamente. O Comui não é subordinado à secretaria, ele não é subordinado, o que o Comui aprova tem que ser cumprido, e isso as secretarias estão sabendo, porque inclusive o próprio MP já colocou isso várias vezes. Tem uma recomendação do MP, a Recomendação nº 01/2020, que deixa muito claro que o Comui não é subordinado. Votou o recurso, o Comui é gestor também desse recurso e, pasmem, nós somos gestores e imploramos pela prestação de contas, porque nós não sabemos. Hoje, nós sabemos, por alto, que tem 42 essa semana, semana passada, o fundo de reserva, o fundo livre nós não sabemos quanto tem, e nós somos gestores. Então, é isso que nós queremos, que essas contas sejam bem transparentes para todos nós, que a Prefeitura não retire mais recursos, não está mais retirando, mas que faça políticas públicas para os idosos, porque o que compete ao Comui, às OSCs que estão aqui e todas as demais a gente cumpre, e cumpre muito bem, a gente não cumpre mais porque fica à espera do recurso para poder executar. Então, acho que é isso que é importante ser colocado. Muito obrigada, espero ter esclarecido algumas coisas para os senhores.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, fazendo o registro do Ver. Cláudio Conceição, finalizando, então, com a senhora e depois passamos para o governo.

SRA. LECI SOARES MATOS: Eu sou do Campo da Tuca, participo do fórum, já participei do conselho, a minha entidade participa também do conselho, estou aqui representando, pois o representante não pôde vir. Hoje, o que trouxe a gente aqui – a gente pediu essa reunião aqui para abrir e dividir com os senhores vereadores – são as nossas dificuldades e a nossas angústias, porque quando a gente está lá na comunidade, não é a gente que está pedindo, é porque a gente está em atendimento e muitos atendimentos fechando na cidade, é a gente tendo que dispensar o nossos oficineiros... Porque tem lá, Marcelo, idosos que 5 % deles, já constatado, têm problemas de saúde, mental ou esgotamento, ou depressão pela carga que traz até o final da sua vida, 60, 70 anos e com as dificuldades do dia a dia. Quando o Ver. Cassiá fala: O que essas entidades fazem? Olha, abrigos, por exemplos, asilos, quantos tem? O senhor imagina quantas pessoas são atendidas só nesses asilos oficiais, e que a grande maioria deles é sustentada só pelo recurso do fundo e captado por entidades próprias. Eu acho que nós não atendemos 1000 pessoas em 3 abrigos que são oficiais, que o a Prefeitura repassa recursos; as outras entidades, que estão implantando para evitar a fila, e para esses idosos irem para a frente da Prefeitura ou aqui para dentro da Câmara, são as entidades fazendo esse trabalho, muitas vezes fazendo vaquinha, para manter a alimentação ou o profissional, para manter eles atendidos. Além daquele território, que na própria conferência que aconteceu agora no mês de junho, levantaram: quando é que vão visualizar os idosos que não estão em lugar nenhum? Ou vão no nosso serviço social e pedem a vaga, não tem. E o nosso dinheiro lá parado. Podemos entender a secretaria, não estou falando que é uma secretaria nova, que tem falta de estrutura, que teve momento que o nosso fundo tinha duas pessoas, como é que a gente vai cobrar? Mas a gente também tem que entender que é um dever da Prefeitura, e é recurso que nós captamos. O edital foi aberto, foi público, todo mundo escreveu os seus

projetos, todo mundo mandou as suas demandas, tinha promessa de a gente receber até 15 de julho. Não é, pessoal? Até hoje, nada, então isso vai desestimulando. Quando a sociedade civil parar de atender, eu quero ver onde é que o poder público vai fazer... Há 30 anos atrás, o que que faria com as crianças que estavam na rua, né Marcelo, tu foste conselheiro tutelar, daí os conselheiros faziam muito o papel de polícia, papel de Ministério Público, papel da Prefeitura, de ir para a rua pegar as crianças. Hoje, os idosos estão nessa situação, Ver. Pedro Ruas, estão assim, e cada vez as pessoas ficam mais idosas, e tem aqueles que conseguem ter uma saúde saudável, que podem ir a uma ginástica, podem ir a uma piscina, cuidar da sua saúde. Agora, nossos idosos da comunidade não têm comida, num empréstimo que recebem R\$ 400,00, estão internados na PUC, eu não estou mentindo, eu posso dar uma dúzia de pessoas para vocês verificarem, e é assim. Muitas vezes, batem na minha porta para eu aplicar a insulina, que as pessoas não sabem nem aplicar uma insulina, graças que o programa do governo dá os medicamentos, pois se não fosse isso, estariam morrendo por falta de medicamento e alimentação. Seria isso, mais ou menos, para ilustrar, que eu acho que a Eleonora e o pessoal aí me representaram muito bem. Muito obrigada.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Só para esclarecer, presidente, não falei em nenhum momento para essas entidades. Quero saber qual o projeto, nós todos não sabemos qual é o projeto. Quero responder à Anna Silvia, CRT é uma empresa que foi privatizada, e eu, como prefeito, não daria dinheiro para a CRT, daria para entidades que representam a população de Porto Alegre, mas não para entidades privadas, como foi a CRT, que devia ter naquele acerto da CRT um fundo para contemplar os idosos e outros projetos de vocês. É uma opinião só.

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: Com certeza, mas só para esclarecer...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Mas a partir de agora, eu quero concluir, eu vou pedir uma informação para a Prefeitura: quais as entidades. Quando falo em entidades, é porque são dados para as entidades, não são dados para pessoas, são as entidades que repassam. Não estou discutindo o mérito, mas eu preciso, como vereador de Porto Alegre, e vamos votar agora os fundos, a unificação, saber para onde estão indo essas quantias de dinheiro, e por que não vão esses que estão lá, como elenquei para vocês aqui, com superávit; por que não se gasta? Nós vamos ouvir a Prefeitura, por que não se gasta? Aí a senhora fala sobre a burocracia, e é pura verdade. Então nós queremos, para poder agilizar para vocês, entender bem esse processo, que não é nosso, Silvia, não é da Câmara, só vem para cá o pepino, quando nós temos que votar a unificação ou não; é o Executivo que tem de exercitar, e aí eu concordo com você, nós estamos aqui agora para ouvir o Executivo, por que que o Executivo não aplica esse dinheiro em benefício para a população idosa de Porto Alegre. Esse é o nosso objetivo só. Desculpe se fui duro ou áspero, mas eu entendo que CRT é uma entidade privatizada...

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: A título de esclarecimento, vereador, o nome da entidade é Associação dos Aposentados da CRT.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Mas tem origem lá.

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: Pelo nome já dá para ver que ela foi criada bem antes da privatização da CRT, feita pelos expoentes políticos. Em segundo lugar, nós temos projetos abertos à comunidade também, muitos projetos, que todos podem participar, qualquer idoso que esteja passando na frente da instituição, e é assim a grande maioria das demais entidades, elas têm um universo gigante para atender, falta o dinheiro, que é das entidades...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sim, é isso que a gente está tentando entender, o processo...

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: E que tem que estar exposto. Exato, então vamos conversar sobre isso, sobre quais os problemas do projeto...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quando a gente pergunta alguma coisa, não é para prejudicar A ou B, a entidade, é para dizer que nós precisamos entender para poder forçar o governo, se for possível, a liberar esse dinheiro.

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: Honestamente, qualquer entidade que abrace qualquer causa de idosos e crianças, são sempre, no meu ponto de vista, muito bem-vindas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar suas ponderações.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito brevemente, eu achei muito esclarecedores esses aspectos, Silvia, muito; aliás, vocês todos foram brilhantes, colocaram de maneira muito correta, e nós teremos a lista dos projetos, oitenta e tantos, em algum momento é importante ter realmente, mas eu quero fazer uma colocação muito breve, uma otimista e uma pessimista; a otimista é que a organização de vocês, e a luta de vocês, e esse pedido, Neli, que tu fizeste, vai exigir e vai demandar desta comissão, da Casa, isso vai dar resultado; o que eu quero agora ser pessimista, vocês não podem se iludir, é que o governo tem 26 vereadores em 36, nós somos 10 na oposição, nós perdemos tudo. Então, quando vier vinculação de fundo, desvinculação de fundo, fim do fundo, morte do fundo, explosão do fundo, vai passar. Eu não estou dizendo que vai votar ali o Marcelo, vai votar o Cassiá, vai votar o Alvoni, não, eles não, eles vão se convencer aqui, vão aprender aqui, sabem aqui, são grandes vereadores, não vão votar, não adianta, somam 23 lá, nos atropelam tudo. Então, essa é a parte pessimista, não fiquem esperando que vai vir um projeto que vai passar ou nós vamos trancar, não dá para trancar nada aqui, não dá para trancar nada, o que vem do Executivo, passa. Então, o lado otimista é a

luta de vocês, importante, organizada; e o lado pessimista é, não se iludam, se chegar no plenário, vocês perderam.

SRA. NELI MIOTTO: Desculpa, vereador, eu quero ser um pouquinho mais otimista.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tomara.

SRA. NELI MIOTTO: Quantos votos a gente tem aqui?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Dez.

SRA. NELI MIOTTO: Não, lá; do lado de lá, vereador. O que nós queremos, hoje, é olhar para lá, não para cá. O senhor me desculpe.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas vão aparecer aonde aqueles votos?

SRA. NELI MIOTTO: Vão aparecer, tem eleição ano que vem.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ah, eles não dão bola. Não, eles não dão bola. Neli, tomara que tu tenhas razão, mas eles não dão bola. Bancada de governo não dá bola para essas coisas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Vamos encaminhar então. Dona Leci, muito bom rever a senhora; em 2004, quando entrei no conselho, tive a oportunidade de conhecê-la, esse trabalho fantástico que a senhora tem. Muito bom revê-la.

SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES: Boa tarde a todos, em seu nome, presidente Conselheiro Marcelo, eu cumprimento todos os vereadores; boa tarde à Mesa toda, nossas colegas, Neli, com quem eu acho que tenho falado mais do

que com o meu marido ultimamente, porque eu passo falando com o conselho. Eu digo que eu só encontro hoje o Comui e o CMDCA, são quem eu mais encontro. Então, eu cumprimento todos vocês, todas as instituições que estão presentes. Eu vou olhar para vocês, porque muitas eu encontro com frequência também na secretaria; muitas eu conheço pessoalmente, por um trabalho que eu tenho de anos já trabalhando com as OSCs, oriundas da FASC, então conheço e sei do brilhante trabalho que maciçamente as instituições entregam e apresentam tanto na política do idoso, quanto na política da criança e adolescente, que muitos de vocês trabalham nas duas áreas, a Leci é uma das que trabalha nas duas áreas, então a gente sabe que entrega um belíssimo trabalho. Nós reconhecemos, sim, que nós tivemos e temos grandes dificuldades, os fundos municipais apresentam hoje grande dificuldade. Hoje, 62% do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social está nos fundos municipais, e 17% dos colaboradores da secretaria trabalham nos fundos municipais. Então essa conta não encaixa, para a gente poder executar, mas a gente é ciente disso, a gente vem fazendo um investimento. Em 2022, a SMDS recebeu os fundos municipais oriundos da SMGOV, SMRI, que teve vários nomes, gente vai mudando as siglas, mas é mais ou menos a mesma lógica. E, a partir daí, a gente veio aprendendo com o processo. Ele não é um processo fácil, e as instituições sabem que não é um processo fácil. Elas também têm as suas dificuldades na execução, elas também... E quando a gente traz aqui a dificuldade de ambas, porque, sim, nós temos que aprender, não é um botão, e as instituições também têm que aprender, também não é um botão para elas, que elas apertam lá e acontece. Então a gente tem desafios aqui. De fato, quando as colegas falam sobre os editais, e eu já falei, e aí eu vou ser... Para vocês até é muito importante a gente estar nesse momento aqui falando com os vereadores, mas tenho certeza que para o Comui e para todas os conselheiros e os representantes de OSCs, eu vou ser mais do que repetitiva, porque eu assumi a coordenação dos fundos com objetivo de tentar reorganizar os processos, faz dois meses, pedi um tempo de três meses para apresentar uma nova reorganização dos fluxos, acho que eu não tive esses três meses porque

eu estou sendo superdemandada, estive no Ministério Público, tenho dado respostas ao Tribunal de Contas com frequência, , tivemos reuniões. Falo semanalmente com o Conselho, estive na plenária do Conselho, tenho reunião com a Executiva do Conselho. Tivemos, na semana passada e na semana retrasada, reunião com o secretário Léo Voigt e Executiva do Conselho, chamada pelo secretário Léo Voigt, reunião essa que, sim, não foi uma reunião fácil, vocês sabem disso, uma reunião que tem sido tensa. A gente vem fazendo esse movimento de investir na comunicação com as OSCs e com os conselhos afim da gente buscar soluções que são conjuntas, vereador, são conjuntas! De fato, essa gestão... E elas têm razão; aqui, acho que a Eleonora fala da subordinação – nunca achamos que há subordinação, entendemos que sim, a gestão e aprovação dos projetos é do Conselho. A nossa parte, como coordenadora de despesas, é dar conta dessa questão administrativa, que é, cada vez mais burocrática, pesada e tensa para nós todos. Então, a gente está fazendo esse investimento. Eu assumi num dia, no outro dia, imediatamente, elas não vão me deixar mentir, as primeiras pessoas que procurei foi a presidente Neli, junto com a sua executiva, assim como procurei, agora lá no plenário está o pessoal do CMDCA, procurei a presidente Carol Aguirre, que é do CMDCA, para fazer esse movimento de busca, Eu acho que junto ao CMDCA... Eu preciso fazer esse movimento aqui, essa fala, porque a gente faz a gestão de uma forma conjunta lá, e é importante que todos entendam. A unidade administração de fundos faz dos dois fundos; então assim, é um trabalho que essa mesma pessoa que está aqui, que é a Jeniffer Siqueira, nossa chefe de orçamento de finanças, funcionária concursada do Município de Porto Alegre, que está cuidando de tudo isso – é ela que faz o pagamento de uma, ela que faz o pagamento da outra, porque ela é representante de tudo isso. Então, fiz esse movimento ao mesmo tempo, venho pedindo para elas muito que a gente faça algo mais padronizado, sempre para ser mais fácil de a gente poder trabalhar. E a gente viu que conseguiu avançar, vem avançando com o CMDCA, e aqui tem o Simões, que é conselheiro, do tanto de um, quanto de outro conselho. Estamos conseguindo, participamos recentemente de um seminário, em que

conseguimos fazer e receber proposições por parte do conselho. Aí agradeço pela oportunidade de a minha equipe que estar aqui, a equipe da secretaria, em nome da Jeniffer, todas as gurias que estão ali também, porque a gente vem fazendo força-tarefa até a noite na secretaria, a gente fecha a loja da secretaria, na Av. João Pessoa, ali, para quem conhece, ficamos até a noite trabalhando para poder dar conta. Então, a gente fez força-tarefa do CMDCA, e hoje a gente está praticamente zerado o CMDCA; a partir da próxima semana a gente inicia a força-tarefa secretaria, Comui; então, são trabalhos que a gente vem fazendo para dar algum resultado, para ter avanço. Então, a gente acha que vem conseguindo esses avanços junto ao CMDCA, e a gente de fato vem encontrando dificuldades, eu acho, nessa relação com o Conselho. Na última reunião foi tamanha tensão que o secretário encerrou a reunião. A gente teve funcionários que saíram chorando de lá; então, para entender que, sim, estamos passando por um momento difícil dessa relação com o conselho – isso precisa ser dito. Mas eu acho que isso aqui fica para lá; a gente está aqui para reconstruir. Em dois meses eu atendi em torno de 30 OSCs lá dentro, com o objetivo de a gente solucionar. Eu trago aqui, sim, alguns avanços que foram feitos em basicamente dois meses, vereadores, que acho importante a gente falar. A gente tem um administrador hoje, concursado, está lá trabalhando basicamente na reconstrução desses fluxos, que são exigências legais, que são burros, Ver. Ruas, esses fluxos burros que alguém cria, uma regra, um dia, que a gente tem que criar, e que a gente também entende que que tem problemas, que a gente vem buscando essas formas de, assim, ver se realmente tem ou não entrave jurídico, e a gente vem fazendo essas construções. Aproveito aqui pra informa-los e convidá-los, agora, no final de setembro, no máximo início de outubro, vou convidá-los para ir à secretaria para a gente poder apresentar esses novos fluxos. Isso é um compromisso nosso de fazer com vocês. Então, a gente vem trabalhando nisso, a gente vem construindo um manual de procedimentos, justamente para não ter uma troca de um colega, troca outro, e o outro não sabe como é que vai fazer. Então, a ideia é que isso acabe. A gente vem fazendo... Muitos funcionários que trabalhavam nos fundos municipais eram cargos de

confiança; aí vocês sabem como é que é cargo de confiança, entra, sai; hoje os cargos estão sendo todos substituídos gradativamente por servidores de provimento efetivo do Município, com a ideia de, sim, manter a história dos fundos municipais; então, isso é um trabalho, um investimento que a gente está fazendo; muitos funcionários concursados que entraram agora, entraram direto nos fundos, tanto assistente administrativo, quanto administradores; a Jeniffer recebeu mais um administrador lá, o Max, que vem colaborando, mas, o Ver. Prof. Alex, que é professor, sabe, a educação e o ensinamento para os colegas não é tão rápido, têm colegas que entraram faz um mês, ninguém vai entrar e em um mês, estar sabendo pagar, sabendo... Olha como é denso esse trabalho da Prefeitura e é difícil; é difícil para gente que tem anos de casa, imagina para quem está entrando agora, mas há um investimento nesses colegas, um investimento também na saúde desses colegas, que eu não vou ficar o tempo inteiro dizendo para eles: "Olha só, te vira, paga." Eu não posso fazer isso, como eu escuto, como eu tenho escutado. Então, assim, de 20 fomos para 28 servidores; até a próxima semana a gente deve estar recebendo mais três servidores, todos concursados, que estão entrando. O setor que mais recebeu investimento foi a equipe de orçamentos e finanças, justamente porque a gente tem consciência que essa política pública precisa receber uma vez, com rapidez; a gente tem consciência, mas aí a gente pega aí, depois vou passar aqui para a Jeniffer, que é importante, quando a gente está falando de análise de documentos, parece que a gente está pegando uma lista e fazendo um *checklist* de documentos, não é, a gente tem planos de aplicação que a gente recebe de algumas instituições, que são recursos altos, a Jeniffer dia que tem 500 páginas em orçamento, como é se analisa isso tão rápido? E aí eu digo o seguinte: eu escolho, que é o que está fazendo, a gente está colocando mais gente, treinando essas pessoas que estão entrando, e ainda assim... Aqui nos avanços, a gente tem processos, depois assim, faço questão, vereadores, de encaminhar para vocês esses avanços, encaminhar os números dos processos das coisas em que estamos trabalhando, porque estamos, sim, com um processo hoje aberto, já temos a discussão de um *software* para trabalhar, porque a... Nós temos o

processo eletrônico, mas o processo eletrônico por si só não responde; a gente brinca que gostaria de ter, modelo *shopee*, modelo que vai acompanhando onde está o teu processo, o que que está acontecendo, é aí onde que a gente quer chegar, a gente vem trazendo... Como a gente fez a transferência da SMGOV para a secretaria, a gente teve a dificuldade de receber o mapeamento de processos, e hoje a gente tem um processo trabalhando em cima disso. A gente vem trabalhando hoje para diminuir as parcelas, pagar em parcelas cada vez menores, e a gente ter menos pagamento; então, a gente está vendo alternativas que vão ser apresentadas, com objetivo de resolver. E essa demora, que é horrível – hoje, quando a gente manda para pagamento, a Fazenda talvez fale melhor do que a gente sobre isso, bem como a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria, que também trabalha com isso, a gente está falando de mais 15 dias, entre o vai e volta, a liquidação, o empenho; a gente está falando de um processo que é demorado; a gente é obrigado a encaminhar ao procurador, que é um processo que é correto, mas que é demorado. E aí eu trago uma situação: editais, os editais, sim, estão atrasados. Eu já reconheci e reconheço isso para todos vocês; esses editais foram construídos de uma forma que nós entendemos que não são exequíveis, são prazos que não tem como cumprir. De fato a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social participou desse edital, não foi a equipe dos fundos; hoje estamos fazendo o possível para pagar hoje; hoje temos quatro pagos já, temos quatro instituições já que são pagas, temos muitas instituições em processo de pagamento; e aí eu tenho a lista aqui tá; se alguma instituição depois tiver alguma dúvida pode nos procurar. A Fernanda, da nossa assessoria técnica, está ali; a gente consulta na hora e já informa, a gente está atualizando o tempo inteiro, porque enquanto a gente está conversando, tem alguém entregando documento lá; então a gente vem resolvendo isso, a gente tem muitas questões no edital – aí eu trago as situações que são das OSCs, sim, temos bastante problemas também com instituições com problemas na sua documentação, com valores que não batem. A gente também tem erros, tem erros nossos e tem situações também que vêm das instituições, e vocês também sabem disso, porque a gente vem insistindo.

Quando eu falo que nós fizemos em torno de 30 atendimentos com instituições, são instituições que às vezes a gente senta para explicar o bê-á-bá, são duas horas de investimento, e a gente não acha que isso seja perda de tempo, a gente entende que isso é investimento. Essa é a nossa obrigação, enquanto servidores, atender, e é isso o que nós estamos fazendo. E nós criamos, vereadores, nós tínhamos muitos problemas, eles sabem disso... Sobre a questão dos *e-mails*, a nossa forma de comunicação é tão antiga que ela é por *e-mail*, basicamente mandar uns *e-mails*, não tem um sistema, e esses *e-mails* ficavam lá. Hoje, a gente conseguiu pelo menos remodelar os *e-mails*, estamos com os *e-mails* praticamente zerados. Nós não estamos hoje com nenhum processo para análise de formalização para termo de fomento, que é diferente do termo de colaboração, que é o de edital, que é o que a Anete explicou ali. Nós temos pendências de análise que estão em análise, porque estão em tratativas com instituições. Agora, aguardando, nós não temos nenhum, estão todos tramitando. Então eu acho que muito do que as conselheiras trazem...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: Não, é que os projetos, aí que acontece o trâmite, vereador... O projeto é aprovado pelo Comui, e isso a gente nem discute, essa discussão não nos cabe, ela vem pronta. Se vocês me permitem, a gente escutou com toda calma, e, mais uma vez, isso aconteceu na reunião com o secretário; e aí depois acaba tencionando um pouco mais. Nós, de fato, quando vem aprovado, não há discussão, é aprovado pelo conselho. Agora, é ali que vem a parte de juntar a documentação, que é uma recomendação enorme, analisar os planos que vêm junto, esses planos é onde vêm os orçamentos, são planos... E a Jeniffer também vai trazer as questões de valores; no Comui, são muito altos os valores, então isso é bem pesado, e aí nós temos lá um colega, um trabalhador que está atrás daquela mesa fazendo isso. E, sim, nós temos que botar mais gente, e nós estamos trabalhando para botar mais gente, mas nós já botamos mais gente, e o financeiro foi o que mais botou. Inclusive, nós

estamos com dificuldades na prestação de contas, porque todo mundo está entrando, e a pessoa não recebe, só quem recebe é o financeiro, em razão da sua dificuldade. Então há avanços importantes. Eu acho que o canal de comunicação com as instituições, isso tem funcionado bastante, todas as instituições que solicitam reunião recebem com rapidez. A gente vai ter, a partir já da próxima plenária, que era para ser hoje – foi cancelada em razão da reunião aqui na Câmara –, mas em todas as plenárias vai ter um assessor técnico da secretaria para ajudar, inclusive para dar informações quando elas tiverem dificuldades, para a gente poder agilizar o processo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: A do Comui é nas terças-feiras, às 14h, na Secretaria de Desenvolvimento Social. Inclusive, sobre o local, é mais uma situação, uma demanda que começou com o CMDCA, depois passou para o Comui. Veio uma reclamação da situação de estrutura para os conselhos, algo que a gente já apresentou, já está buscando espaços para eles serem espaços melhores, estruturas melhores de trabalho para as câmaras. Então já há, sim, um investimento, então por isso que eu digo que eu estou chovendo um pouco no molhado para elas, e talvez nem todos vocês tenham essa informação; mas há também um tensionamento que eu não sei se é tão saudável, porque eu acho que essa construção precisa ser, de fato, coletiva. Eu tenho recebido algumas instituições que vêm me sinalizando que nem adianta falar comigo, que não adianta falar com a gente. E eu quero dizer para vocês que adianta, a nossa equipe está à disposição, nós estamos lá incansavelmente. O nosso objetivo... Ninguém, dentro da SMDS, tem a intenção de não pagar, muito pelo contrário; a nossa equipe está investida no seu dever de entregar esse trabalho para vocês da melhor forma. E quem conversa conosco lá sabe disso, sabe que a gente vem investindo muito no trabalho com as instituições, tanto da criança e do adolescente quanto do idoso; mas, sim, ainda somos poucos, ainda somos poucos – estamos melhorando. Por ora, é só, agradeço.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Deixa eu fazer uma pergunta também para ela, se for possível.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: Os R\$ 42 milhões é o valor, sim, que está hoje na conta. Confirmo, confirmo; mas preciso lhe dizer uma coisa, vereador, esse valor está na conta. Está na conta. E aí eu vou passar para eles.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Antes posso fazer só uma pergunta? Depois ela responde.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Por favor, então, Ver. Alvoni Medina; depois, o Dr. Gilberto.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Por que a demora do repasse dos fundos? Por qual motivo tem demorado o repasse dos fundos para as entidades? E quanto tempo vai levar mais ainda? Porque tem que ter um prazo; eu sei que, de repente, não vai ser de hoje para amanhã; mas qual o motivo dessa demora toda? Sete meses, oito meses. As entidades, como é que elas sobrevivem? Quem paga a conta? Quem salda as dívidas delas? Quem auxilia elas? Elas têm que se virar, buscar recursos. De onde elas vão tirar aquele dinheiro que elas estão esperando para fazer o que elas precisam das suas entidades? Há quanto tempo está demorando e quanto tempo ainda vai demorar mais ainda? Quer dizer, tem que ter um prazo. Se tu vais construir uma casa, tu tens que fazer uma conta; tu não comesas uma casa se tu não sabes quanto tempo vais levar; tem um prazo, um ano, dois anos, três anos, vinte anos. Pode responder depois, não precisa ser agora, não.

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: Vou aproveitar. Vereador, de fato, a gente vai fazer uma instrução normativa, que deve sair junto com a apresentação que

nós vamos fazer. A instrução já está em construção na assessoria técnica, onde a gente vai colocar prazos mínimos. Agora, a gente não tem... Se a gente chegar aqui, vereador, e falar para o senhor que o prazo vai ser A, B ou C, nós vamos estar mentindo; e lhe digo que quem falar isso, não por mal, às vezes por imaginar, a gente faz uma previsão que nós vamos cumprir no prazo A, B ou C, e dentro dessa previsão o servidor, daqui a pouquinho, não pôde, porque ficou doente, enfim, acontece. A gente está com uma situação: uma servidora gestante, outra doente, já são duas baixas, e isso já muda o prazo. O senhor concorda comigo? Aí a gente faz uma previsão que a gente vai receber uma instituição, e aí a gente recebe, por exemplo, um orçamento à caneta, como a gente recebeu, à mão, que a gente tinha que pedir.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Desculpa te interromper, Rochele, esse prazo, muitas vezes, é na entrega da documentação da entidade, então entra a questão da documentação, que, muitas vezes, pode demorar muito tempo, até entregar a documentação de forma correta, que possa, por lei e por garantia, entregar esse recurso.

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: É que esse prazo vai e vem. O que acontece? A instituição entrega, daqui a pouco – eu estou exemplificando –, dez documentos; vão ser analisados. Esse período de análise, hoje, que inicia a análise, ele está bem mais rápido, ele realmente era mais demorado; mas, com esses investimentos que a gente fez, a gente já está fazendo mais rápido. Essa análise que eu não posso precisar quanto tempo vai ser, porque eu não sei o tamanho desse plano, eu não sei se ele é de R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 500 mil ou R\$ 1 milhão, a gente não sabe. Como é que eu vou dizer o tempo de análise se eu nem sei o qual é o tamanho daquele projeto que está chegando? Eu posso estimar e fazer tempos aproximados, que é o que nós estamos tentando fazer com a instrução normativa.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Mas tu concordas que está demorando demais?

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: Eu concordo; já concordei, vereador, inclusive.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Está demorando, tem que ter agilidade. Tu tens que entender que, se tu tens uma casa, tu tens um orçamento e tu tens despesas, a tua despesa não espera. Então, se vocês têm uma casa, que estão gerenciando, e esse repasse está demorando a chegar por falta de pessoas humanas, então eu tenho que me adiantar, eu tenho que ver quem é que vai me ajudar a resolver essa situação, quem que eu posso pegar, de qual Secretaria. Tem gente que eu posso pegar e colocar no meu setor para me ajudar ou eu vou ficar abraçando uma coisa sozinho, sem ter pessoas? As entidades não esperam, as contas não esperam. Nossos idosos estão aí precisando. Tem entidades que sobrevivem, que estão tentando sobreviver; tentando sobreviver; tentando respirar. E como é que tem sido essa – como é que eu vou dizer? – ligação das entidades com a Secretaria? Tem sido fácil? Tem sido mais ou menos? Tem chegado lá e as portas estão abertas ou tem que esperar ou existe um trâmite, uma burocracia, para atender as entidades? Demora para atender. Demora para ser respondida. Nós temos que ter um cronograma. Eu não posso... “Ah, eu não sei quanto tempo vai demorar.” Não. Eu tenho que ter um prazo. O que que está faltando para a gente ajudar? Vou falar com o vereador e com o presidente da frente parlamentar da pessoa idosa. Como tem muita gente que me critica: por que que só existe um vereador na frente parlamentar da pessoa idosa na cidade de Porto Alegre? Porque apenas eu, Ver. Medina, desde 2017, quando eu entrei aqui, que abri a frente parlamentar, estou defendendo a causa do idoso. Tem várias ações, tem vários projetos, várias leis, em relação ao idoso. Fica à vontade. A frente está à disposição. A hora que o senhor quiser. Nós temos várias reuniões. A frente está com um vereador apenas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Pronto. Fechado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Com a palavra, então, Jeniffer. Por favor.

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: Boa tarde a todos, eu trabalho no fundo desde a transição da secretaria, quando saiu da SMGOV, da Secretaria de Governança para a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nós trabalhamos, dia a dia, com os fundos, e a gente entende um pouco mais detalhadamente sobre a dinâmica do fundo. O que que acontece com o fundo do idoso? O fundo do idoso – e eu trouxe alguns números aqui só para a gente ter uma ideia –, dos mais de 500 pagamentos que nós fizemos este ano, que somam mais de R\$ 25 milhões, nos fundos do fundo da criança e do idoso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: Do fundo da criança e do adolescente... é que é a mesma pessoa que paga...

SRA. ANNA SILVIA FONSECA: Então, só para esclarecer para quem está nos ouvindo e não conhece bem. Esse valor, esse número gigante de projetos não é do fundo do idoso somente...

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: É que eu queria concluir só.

SRA. ANNA SILVIA FONSECA: Só para esclarecer uma frase que tu falou.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Por favor, Jeniffer.

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: Como eu ia dizendo, cem dos pagamentos que nós fizemos são do idoso, e eles concentram R\$ 9 milhões desses R\$ 25 milhões. Então, o tíquete médio do fundo do idoso é de mais de R\$ 500 mil por repasse. O que que acontece? Os termos, geralmente, são de um valor muito alto, e eles demandam mais tempo para serem analisados, porque há uma série de documentos que nós temos que analisar, cumprindo a lei. O servidor atende o princípio da legalidade, então nós temos que atender a Lei nº 13.019 e fazer a verificação de todos os documentos que são solicitados. Como o fundo do idoso, em 16 entidades, concentra, de modo geral, aproximadamente 16 entidades que foram pagas, concentraram esses R\$ 9 milhões; são contratos de valor muito alto e é por isso que eles demoram mais, porque, como a Rochele falou, tem orçamentos que têm 500 páginas, porque são muitos materiais. Algumas entidades apresentam a peculiaridade de ter aparelhos, principalmente aqueles que fazem atendimento hospitalar do idoso, aparelhos que são importados, então o orçamento demora, às vezes, mais de mês para chegar. Esse contato que nós temos com grande parte das entidades é feito diretamente pelo setor que está analisando. Se falta uma certidão, prontamente nós enviamos o *e-mail* e nós mantemos esse contato afinado com as OSCs que nós analisamos. Eu falo isso por parte da equipe de análise de finanças, porque é um grande volume de pagamentos, e nós atendemos os dois fundos e cada um tem um tipo de dinâmica. Então, enquanto o pagamento talvez demore seis meses a ser feito, ele atende um valor de mais que o triplo, que o quádruplo com que são feitos os pagamentos dos outros fundos. Então, essa é dinâmica que a gente tem que mostrar: que o fundo do idoso se apresenta em um contexto de um grande volume de dinheiro e, também, por isso que tem R\$ 42 milhões, entre aspas, parados. É porque as entidades apresentam projetos de quatro, cinco milhões. No momento em que nós efetuamos esses repasses, esses valores diminuem drasticamente. Então, essa é a dinâmica do funcionamento do fundo do idoso, que é o que nós estamos debatendo aqui, e também é uma parte da questão do

prazo. Que nem eu já tinha conversado com o conselho, essa questão da demora é algo relativo, porque uma pessoa demorar, às vezes, eu não sei, uma pessoa demorar uma semana para ler 500 páginas é uma coisa que nós temos que debater e eu já tinha proposto para a Rochele de atuar junto com o fundo, de ver maneiras de resolver, de forma conjunta, com as entidades e com o conselho, para apresentar novas formas de agilizar esses processos, porque também é interesse de nós, servidores, fazer com que as coisas andem mais rápido. Nós já tínhamos debatido isso, né, Rochele? E foi nesse contexto que nós apresentamos todo o relatório na reunião que nós tivemos com o conselho; essa reunião que foi citada aqui. Eu acho que isso é importante falar, porque as entidades que tinham apresentado o plano, em agosto, já estão sendo analisadas e já receberam o retorno. Então, isso, frente aos seis meses, são seis meses de discussão, de análise de documentos, mas que, em agosto, as entidades já têm um retorno. Isso é menos que um mês. Eu acho importante trazer esse debate, porque essa questão da documentação...

SRA. ANNA SILVIA FONSECA: Só repete, porque ninguém está entendendo essa questão.

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: É que vocês estão dizendo que demoram mais de seis meses para analisar...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Por favor, Jeniffer. Só uma observação, aproveitando que a Silvia, e a permissão do Presidente é muito breve. Nós temos emendas impositivas. Antigamente não existia isso, agora existe. Os vereadores têm, mais ou menos, R\$ 1,3 milhões ao ano, sendo que metade é da saúde; mas vejam só, isso dá, mais ou menos, R\$ 50 milhões, e o governo faz direitinho e rapidinho. Cinquenta milhões a cada ano e mais nem um centavo fica fora. Então, é uma questão de prioridade. É porque os vereadores são a prioridade, e os idosos, não. Mas é uma obviedade. Não, é uma obviedade.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): (Manifestação fora do microfone.) Não é verdade.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Claro que é verdade.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Nossas emendas não foram cumpridas neste ano ainda.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas se não foi cumprida...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Senão o pessoal vai acreditar numa versão só. A maioria das emendas não foram cumpridas ainda, aprovadas por nós no ano passado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não. Não é a informação que eu tenho.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Então tu que não és do governo está adiantado, eu estou atrasado. Bom saber isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A informação que eu tenho é que se há... É que tem projeto malfeito também, vereador. Eu não tive problema em nenhum dos meus projetos. Em nenhum. E fui líder da oposição durante todo tempo. Para mim, é uma questão de prioridade. Pelos números que a Rochele disse e que a Jeniffer confirmou, o número de pessoas envolvidas é muito pequeno. Mas nós podemos fazer uma força-tarefa e ajudar. Tem até uma frente aqui do idoso. Nós podemos fazer uma força-tarefa e ajudar nesse sentido porque essa é a prioridade. E eu vou dizer uma coisa onde eu me incluo, obviamente: nós, idosos, não podemos esperar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito tempo, não, Rochele. Nós temos muita coisa na vida, eventualmente, menos tempo. Nós precisamos que as coisas aconteçam. Era só esse o registro.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado. Passo a palavra ao Sr. Gilberto Bujak.

SR. GILBERTO BUJAK: Sou superintendente do Tesouro de Porto Alegre, estou na Prefeitura desde 1999, logo, me incluo no rol de idosos também, então eu queria esclarecer algumas coisas da fala para a gente tentar ter um encaminhamento objetivo da reunião com relação a procedimentos, pois eu acho que isso que é salutar. Não adianta a gente ficar aqui falando, falando, com todo o respeito, acho que tudo com propriedade, mas a gente tem que ter o encaminhamento. Eu tenho dúvidas, pois além de superintendente do Tesouro, eu fui controlador-geral do Município por seis anos, então quando vocês falam em prestação de contas, a Rochele me ajuda, quando se fala em burocracia tem que ter presente a legalidade: atrás de uma liberação de pagamento tem um ordenador de despesa; atrás do ordenador tem o cara que pode ser responsabilizado perante o Tribunal de Contas e a Controladoria. Então quando a gente fala de burocracia, tem que ter muito presente a pessoa que daqui a dois anos está respondendo uma questão no Tribunal de Contas. Falta de documentação, certidões negativas, notas frias como eu peguei da FASC, e isso é público, a gente tem que ter muito presente. Então assim, não é “Ah, não querem pagar”. Vamos monitorar, fazer uma régua do porquê não se quer pagar. Eu peguei fraudes graves em outros governos, então tem que ter muito cuidado porque alguém é ordenador dessa despesa. Vamos um pouco mais leve com a “burocracia”. Não, existe uma lei, como a DREM, eu não vou adentrar nisso, o colega pode explicar melhor, mas não é um problema do Município, é um

problema da União. Foi votado lá na União, é lei, cumpra-se, senão o Tribunal de Contas vai dizer: Por que vocês não cumpriram?

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: Ninguém está querendo que seja...
(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GILBERTO BUJAK: Só um pouquinho, eu escutei a senhora, eu estou tentando resolver. Eu estou querendo ajudar. Estou querendo tentar ajudar, a senhora me permite?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GILBERTO BUJAK: Eu não vou... Eu estou querendo tentar ajudar. A primeira coisa, a gente tem que se desarmar, no meu ponto de vista. Vamos nos desarmar, vamos tentar sentar. Eu sou servidor, eu não tenho conotação política nenhuma, eu estou há quase 24 anos na Prefeitura e já passei por vários órgãos. Eu sei muito bem que tem muitas associações sérias. O propósito de vocês é louvável, eu tenho minha mãe com Alzheimer, eu cuido da minha mãe e da minha madrinha com Alzheimer, eu sei muito bem do que vocês estão falando, eu não cobro nada e não ganho nada para cuidar delas, pago do meu bolso, então quero ajudar. Só que assim, vamos fazer uma coisa mais técnica, é isso que eu estou pedindo. Se existe um gargalo, a gente tem que ver com a área, nem é Fazenda, é Secretaria – não estou me omitindo – de Desenvolvimento que faz um trabalho que é salutar. Não é um fundo, gente, a gente tem quantos fundos? Quantos servidores tem para fazer isso? A gente tem muito pouca gente. Está na hora, de repente, de se olhar um pouquinho mais para isso. E servidores de quadro, eu insisto nisso. Não tenho nada contra questões de comissão, mas para mim, para dar continuidade no trabalho é preciso. E fazer normativa de procedimento para parar os gargalos. Por exemplo, o gargalo, onde é que está? No edital da licitação? Não sei. Está na liquidação da despesa porque não tem documentação? É isso que a gente tem que ver, porque isso aí não é do governo,

isso aí já vem se arrastando ao longo dos anos. Outra coisa que se fala, da conta que se criou: não foi o Tribunal de Contas, isso aí foi na minha gestão junto à Controladoria que eu exigi, junto ao Ministério Público, abrir uma conta própria para o Fundo da Criança e do Idoso. O colega que está aqui estava junto, e foi uma briga ferrenha nossa com a Fazenda porque esse dinheiro, como vocês falaram, é de vocês, é do Imposto de Renda, está direcionado para essas ações. O que tem que se melhorar – eu não vou me alongar mais, e concluo – é criar um fluxo que funcione, só isso. Eu agradeço por tudo e eu estou aqui para ajudar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tem que fazer o registro também daqueles R\$ 25 milhões que saíram dali e foram para um uso que não sabe qual é.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Sr. Vanderlei de Souza está com a palavra.

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Boa tarde a todos. Eu sou contador-geral do Município, estou na Fazenda há 11 anos e há seis anos como contador-geral do Município. Eu sou servidor de carreira, concursado como o Bujak, meu colega. A questão da DREM, como já foi falado, é uma Emenda Constitucional de 2016 que desvincula todas as receitas correntes de fundos e outros órgãos, é uma questão legal que foi feita no Município; realmente ela desvinculou 30% das receitas, no caso do Fundo do Idoso, de 2016 a 2021. A partir de 2022 teve um decreto do prefeito Melo que excluiu tanto o Fundo da Criança como o Fundo do Idoso da desvinculação da receita. Ela ainda existe para outros fundos, mas para esses dois fundos ela não existe mais. E totalizou, nesse período em que ela foi desvinculada, de 2016 a 2021, em torno de R\$ 25 milhões. Esses R\$ 25 milhões não foram repassados do Fundo do Idoso para a conta do Tesouro. Esse valor, ao longo do tempo, como o fundo não tinha uma conta bancária para arrecadar essas doações, ela entrava via desconto da folha de pagamento de outras

doações na conta do Tesouro do Município, a conta arrecadadora do Município, e esse valor era retido pelo Tesouro do Município, e quando havia os projetos do fundo, o fundo pedia para o Tesouro o repasse do recurso, e o repasse ia sendo realizado, mas, em nenhum momento, isso prejudicou nenhuma realização de um projeto do fundo. O Tesouro só retinha um valor, não repassava para o fundo, e ia passando à medida que entravam os empenhos para serem repassados para as entidades. Então, em 2016, o Tesouro devia, mais ou menos, uns R\$ 25 milhões. Deu, mais ou menos, a mesma conta. Eram R\$ 26 milhões, e R\$ 25 milhões foram retidos pela... (Ininteligível.) Então, o Tesouro ficou devendo, no final das contas, nesse período todo, em torno de R\$ 1,2 milhão, que foi repassado agora, no final de 2019 ou 2020. Então, hoje, o Tesouro não deve mais nenhum recurso para o fundo. Todos os recursos, desde 2018, são arrecadados na conta do próprio fundo. E aquilo que o Ver. Cassiá falou, em termos de conceito, existe a disponibilidade do fundo, que são os R\$ 42 milhões, que estão na conta lá do fundo, e o superávit financeiro, que é a diferença daquilo que já foi empenhado, que é o superávit financeiro, e a diferença da disponibilidade, aquilo que já tem de despesa a ser paga para as entidades. Então, o superávit, hoje, do fundo, em 31 de julho, é em torno de R\$ 37 milhões, que seria a sobra do orçamento para ser realizado com os projetos que estão em andamento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): E os R\$ 25 milhões contam nisso?

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Não. Os R\$ 25 milhões foram desvinculados por essa emenda constitucional e por um decreto regulamentador do prefeito, na época, o Marchezan. É o Decreto nº 20.061, que diz que 30% das receitas correntes de todos os fundos eram desvinculados, porque... Quando o fundo arrecada um recurso, ele é vinculado ao interesse do fundo. Então, 30% eram desvinculados e passavam pela conta do Tesouro. Então, como o Tesouro devia esse recurso para o fundo, houve um acerto de contas, não houve repasse, simplesmente um acerto de contas. No final, o Tesouro ficou devendo em torno

de R\$ 1,2 milhão, que depois foi repassado, acho que no final de 2019 ao início de 2020. Então, esses R\$ 25 milhões, que até a senhora falou ali, do Clube de Mães, são referentes a esses 30% da receita, das doações de 2016 a 2021, que foram desvinculados. Dos 100% das doações desse período, 30% foram para o Tesouro, foram desvinculados, mas isso não tem nenhuma ilegalidade. Isso já foi examinado por tribunal de contas, pelo ministério público. É uma emenda constitucional – não surgiu aqui no Município, surgiu na União –, que foi para todos os órgãos. Inclusive, todos os fundos da União, dos estados e municípios foram desvinculados por essa emenda.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É, eu entendi. A emenda, claro, existe, mas ela é uma possibilidade, e não uma obrigação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É uma possibilidade, não uma obrigação. Tá.

SR. VANDERLEI DE SOUZA: A emenda diz que deverá ser desvinculado. Ela não diz “poderá”, diz “deverá”. Ela criou uma obrigação, só que o gestor na época, o Marchezan, resolveu desvincular de todos os fundos, exceto alguns fundos que a própria emenda excluía, que são os recursos da saúde e educação. Então, esses dois recursos não foram desvinculados. Agora, o prefeito Melo, em 2022, resolveu, enfim, tirar dessa desvinculação esses dois fundos, o do idoso e o da criança.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O que é uma boa medida, né?

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Mas a questão, assim, da legalidade não tem nenhuma dúvida sobre isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado. Secretário Nelsinho, se o senhor quiser fazer parte da mesa aqui.

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Só mais uma questão que eu queria contribuir com o debate: essa questão da demora de algumas etapas burocráticas ou de processo acontece, muitas vezes, por falta de estrutura das próprias secretarias, como as colegas falaram. Às vezes, a demanda é tão grande, mas tem poucos servidores para fazer. O que a gente notou ao longo do tempo – a gente já é funcionário há muito tempo do Município –, é que, geralmente, os fundos são geridos por CCs. Então, entra um, sai outro. A memória vai embora, os novos chegam, não sabem o que fazer, e isso vai causando demora. É uma questão de gestão, que tem que ser melhorada. A gente sempre defende que tem que ter uma continuidade. A gente não é contra servidores CCs, que contribuem muito com o Município, mas tem que ser sempre servidores de carreira, porque a história tem que ficar. Então, sempre... Não pode ter uma descontinuidade de processo. Então, geralmente os fundos dos municípios são geridos por servidores que não têm continuidade. Então, o próximo que entra não pega a história, demora a aprender o serviço e, quando ele está aprendendo, sai e entra outro. Então é isso que acontece muitas vezes. Obrigado.

SRA. ADRIANA LOCKMANN: Eu gostaria de fazer uma pergunta para a Rochele. Tu mencionou alguns números no início da tua fala, que 60% da receita são dos fundos. É isso? E são 17 funcionários. Isso? 17%. Então, acho que aqui a gente já tem um número, né?

SRA. ROCHELE MARINHO NEVES: Se me permite: eu não acho que é uma questão de falta de prioridade, tanto que eu acho que nunca se colocou tanto servidor nos fundos municipais, como se tem colocado agora. Estão servidores do quadro, assim como o colega Vanderlei falou, servidores do quadro. Hoje,

eles estão sendo substituídos, e as colegas também sabem disso. Até nós perdemos bons colegas de cargo de confiança que sabem algumas funções, mas que foram retirados para que a gente possa dar continuidade. Então, eu acho que nunca se investiu tanto nos fundos. Hoje, quando a gente está fazendo estudos de sistemas novos para entrarem – e são investimentos que estão sendo feitos para os fundos –, isso está acontecendo para que a gente tenha algo que consolide a ideia, que a gente não faça um trabalho para resolver somente o agora, embora, Ver. Medina, sim, a gente saiba que o agora tem pressa, que a política de idoso tem pressa. A gente sabe disso, mas a gente está querendo deixar um legado de um trabalho na Secretaria, pois nós vamos embora – eu que sou cargo de confiança –, mas os colegas aqui vão ficar e vão tocar esse trabalho. Então, sim, não é uma questão de falta de prioridade, porque hoje isso é prioridade para a Secretaria.

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Também é um momento de transição, né? Vocês receberam o fundo, que transitou de uma secretaria para a outra. Então, é um novo grupo de trabalho e, enfim, é tudo uma questão de construção. Me parece, eu acompanho de longe, eu sou contador do Município, eu não trabalho diretamente nos fundos, mas me parece que esse trabalho está sendo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Só para terminar. Me parece que houve uma transição do fundo de uma secretaria para a outra e, nessa mudança aí, muita coisa se perde nesse caminho, e me parece, pelo trabalho que ela já relatou aqui, isso está sendo reconstruído. Então, isso dá um pouquinho de tempo. Acho que está no caminho, mas sempre falo: às vezes, o grupo é pequeno para a demanda de trabalho que tem. Então, isso tem que ser construído dentro das secretarias para que as coisas andem de uma forma mais ágil e mais correta, dentro da legalidade que o meu colega falou, porque, às vezes, na pressa de

liberar o serviço, libera errado, e quem paga são elas, que depois vão pagar no CPF delas a compra; e o retrabalho de fazer de novo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É que tem, e vou ser muito breve, presidente, há regras, por óbvio. Ninguém quer que libere tudo que é valor em qualquer situação. Não. Eu também já fui servidor da Fazenda muito antes de vocês nascerem. Eu fui servidor da Fazenda em 1975. Em 1975, eu era escriturário da Fazenda. É, 1975. O Alex não era nascido. Eu também já fui... Exatamente. O Medina não era, e o cabelo dele é preto mesmo. Então, eu quero dizer o seguinte: a gente conhece o processo, a gente já foi de tudo aí. E aí, é claro, eu respeito as opiniões diferentes, é minha obrigação. Não há prioridade, mas nós temos que fazer ocorrer. É aquela história de que política e feijão, só com pressão. Então nós vamos pressionar bastante. Essas terças-feiras aí vão virar uma panela de pressão. Nós vamos fazer sair, isso vai acontecer, Rochele, vai acontecer. Nós não temos como não deixar, é obrigação nossa, acho que a Sílvia falou bem, é obrigação nossa. Mesmo que eu tivesse 30 anos de idade, não me sentisse um dos idosos, seria já minha obrigação; aliás, eu, com 29 era vereador. Então, quero dizer que para nós, é sim, Presidente, uma pauta prioritária, e nós vamos fazer ser, do meu ponto de vista é nossa obrigação. Nós não estamos aqui brincando; é nossa obrigação, é do Município, é do Executivo, vamos lá pressionar, vamos mostrar que nós estamos juntos e temos condições de fazer.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só para complementar a tua fala, Ver. Pedro, no início tu falou da questão partidária aqui; Pedro Ruas, como nunca, sabe que aqui nós não levamos para questão partidária. Nós não levamos. Então, o nosso papel, enquanto nesta Comissão, é para resolver, para que a gente consiga fazer de uma forma correta, ampla e sincera. E já tivemos muitos avanços nessa Comissão para que a gente pudesse, sim, avançar no que está, do ponto de vista de ambas as partes, errado. Então esse é o momento, essa é a Casa onde se deve dialogar e onde a gente deve fazer esse debate de

forma construtiva. Claro que todos nós aqui representamos um partido, mas nessa Comissão, na minha presidência, tanto é que quando cada vereador traz uma pauta específica, eu passo os trabalhos para que eles conduzam. É uma liberdade aqui dentro; uma liberdade de todos os vereadores aqui, como vocês perceberam, todos os vereadores aqui intervieram, não há a questão política aqui presente, nessa Mesa. Porque senão, eu represento um partido e não deixaria o Pedro Ruas falar. Então vocês percebem que nessa Comissão não existe isso, nós estamos no caminho certo, estamos fazendo com que essa Comissão que é a Comissão dos Direitos Humanos, enquanto na minha presidência vai ser assim, desde o início, aprendendo. O Ver. Cassiá já foi presidente por duas vezes também, tem me dado vários ensinamentos, me ensinado muito também aqui e vamos seguir, vereador, nessa linha que está dando certo.

Então foi colocado aqui, até para gente encaminhar, já são 16h, passando das 16h. A dona Neli colocou aqui as dificuldades; também a Sra. Ana Silva também passou as dificuldades, os encaminhamentos que foram dados, através da secretaria, nós iremos cobrar, sim, conforme a própria secretaria se colocou à disposição, os servidores da secretaria também. Acredito que nós estamos num diálogo correto, nós estamos de uma forma correta aqui, chegando a um consenso que há erro, sim; aqui ninguém é ingênuo para dizer que não há erros. Mas o pessoal está aqui para construir, está aqui para dialogar também, e quero que vocês contem com essa Casa, como estão contando hoje. Através dessa Comissão poderemos, sim, fazer um ofício e essas solicitações que vocês estão fazendo, nós temos que dar uma resposta para vocês. É nesse sentido que nós vamos fazer, podemos fazer mais outras reuniões, assim como a gente tem várias reuniões já feitas aqui nessa Casa, desde o início do ano, envolvendo a pauta do idoso, e elas têm sido muito produtivas, porque há essa coerência de amplo entendimento dos vereadores, que, aqui nós não vamos levar para partido político, e sim o nosso partido aqui são vocês, enquanto entidades, enquanto população da cidade de Porto Alegre, e é nesse sentido que a gente vai conseguir trabalhar.

SRA. ANNA SILVIA LOPES FONSECA: Eu queria então que a Comissão, e por isso, por acreditar na responsabilidade e no interesse de vocês nesse assunto, nesse tema que é de todos, não só dos idosos, a gente queria que vocês fizessem algum andamento real e prático. A Neli é mais do que presente nessas conversas, discussões e reuniões de comissões. Nós não estamos aqui para colocar culpa, nem responsabilidade em nenhum dos servidores, e a gente acredita muito no trabalho de vocês. Mas também não vamos aceitar que digam que as entidades estão errando ou fazendo orçamento à caneta, e esse é o grande problema. Isso acontece, claro, que existem erros documentais em todos os processos, óbvio. Mas a gente não pode discutir, citando um exemplo, o orçamento feito à caneta que é o pé da mesa dum prédio numa construção de um prédio de 50 andares! O fato de não ter servidores... A gente sabe, óbvio, que não tem; que o idoso não é prioridade, claro que não, a gente sabe também, porque têm muitos problemas mais sérios, entre aspas, à vista dos administradores. Mas alguma coisa precisa ser feita, na prática, porque idosos não esperam. Então, assim, nós gostaríamos, uma das coisas que é uma deficiência muito grande da administração das entidades é saber desse orçamento do Conselho do Idoso, onde está? Como está? E quais são as divisões, as instâncias desse orçamento, quanto tem no fundo do idoso; o que tem de projetos já aprovados; esse calendário financeiro que nós não temos acesso, a presidente não tem, diz que não tem acesso a nenhuma dessas informações. Então vocês, enquanto Comissão, poderiam fazer esse pedido, o Ver. Medina, outros vereadores, nossos colegas integrantes da Comissão. Sabem, ações práticas, assim, e daqui a pouco a gente pode estar aqui pedindo também mais informações para que vocês nos ajudem a isso.

SRA. ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES: Eu acho que é para colaborar, no sentido de que a gente concorda e estamos abertos. Até vereador, a plenária do Comui eu acho que eles tratam e debatem várias pautas a respeito da política do idoso. E a respeito da dinâmica dos fluxos do fundo, não necessariamente se precisa da plenária, a Secretaria de Desenvolvimento Social, eu tenho certeza,

o secretário adjunto Nelson Baron está aqui e está à disposição para recebe-los ou para vir aqui e fazer uma nova apresentação de fluxos, quando a gente for apresentar, inclusive, como a gente vai apresentar conforme está aqui a ata do Ministério Público que nós nos comprometemos em entregar esse fluxo. Então o que a gente for entregar, mostrar lá, a gente mostra aqui é o mesmo documento, e a gente pode dar acesso para vocês todos dos processos, inclusive o processo de prestação de contas que foi feito na reunião com o secretário, que foi entregue e foi passado para o Conselho. Então tem um processo de prestação de contas, que a Jeniffer apresentou, e a gente pode dar acesso para vocês, como a gente pode dar acesso ao processo do TCE, ao processo que trata da ação que está no Ministério Público, para que vocês possam ter conhecimento assim bem de uma forma muito transparente.

SRA. NELI MIOTTO: Rochele, eu só vou pedir um aparte. Sim, vocês apresentaram a questão do orçamento, o que existe no saldo, no fundo, de R\$ 42 bilhões. Mas a gente quer saber o que está empenhado, o que é de cada projeto, o que está em repasse e o que tem de fundo de reserva. Lembra? O detalhamento. O valor total, a gente sabe, vocês nos disseram semana passada, R\$ 42 milhões. Mas o que que está empenhado? O que que está em processo? O que está aguardando a liberação para os editais que já deveriam ter sido pagos? Então não adianta eu dizer que eu tenho 42 milhões, mas eu tenho 2 milhões de fundo de reserva ou eu tenho 20 milhões de fundo de reserva. A gente precisa do detalhamento.

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: A gente fez esse levantamento e no processo nós colocamos mês a mês a destinação de cada doação que entrou na conta do fundo, todos os rendimentos brutos das contas dos fundos. Hoje nós trouxemos também, e apresentamos no processo, que do saldo orçado, dos 25 milhões que estavam previstos para serem repassados para as entidades, nós já fizemos o pagamento de 8 milhões como eu disse aqui; em formalização tem 13 milhões; empenhos a liquidar temos mais 9 milhões. Então, daquele processo que nós

apresentamos na reunião que nós fizemos junto ao secretário, a gente detinha essas informações. E eu quero aproveitar apenas a oportunidade para reforçar, o que a gente já tinha conversado, que eu acredito que nós, conselho e secretaria, trabalhando juntos para alinhar as informações de uma maneira como nós estamos tocando com o Conselho da Criança. Não é comparar no sentido de fundo, é comparar no sentido de que é o mesmo trabalho que nós já executamos e vemos que dá certo junto ao Fundo da Criança, de atuar juntamente para o atendimento das OSCs, porque muitas vezes a nossa comunicação direta ela se dá de uma maneira muito mais técnica, assim como a Anna tinha falado de que não estava entendendo nada que estávamos falando. Qualquer OSC que passou para ser analisado, nós sabemos a peculiaridade das entidades, assim como vocês detêm o conhecimento da ponta, nós detemos o conhecimento do processo.

SRA. NELI MIOTTO: Quanto a gente tem de fundo de reserva, fundo livre?

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: De saldo, dos fundos livres, R\$ 2.662.030,53.

SRA. NELI MIOTTO: Do que entrou só este ano. E nós não temos prestação de contas desde outubro de 2022 do fundo livre.

SRA. JENIFFER SIQUEIRA: Pois então, é sobre isso que eu falo, a nossa atuação conjunta vai ajudar a contribuir com as informações necessárias. Então, no momento em que tu me pedes o que tem pago, o que que está empenhado, eu vou te apresentar. Só que, assim como nós temos as emendas junto, a gente não consegue, de cabeça ou de pronto, apresentar essas informações. Nós precisamos formalizar isso num processo e nós precisamos apresentar essas informações com base nas fontes que nós temos, assim como nós já dissemos que nós apresentamos, junto à Procempa, as informações solicitadas para que seja encaminhado de uma maneira mais assertiva esses valores, porque tudo isso foi feito manual.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Dona Jeniffer, a senhora pode aguardar só um minuto, porque nós temos que fazer encaminhamentos por causa do horário. Acho que um deles contempla o que diz a Dona Jeniffer. Vejam só, me dizia o Ver. Alex Fraga, de forma brilhante como sempre, que nós tínhamos que ter um projeto de lei, presidente, talvez da comissão, que incluísse no portal transparência todos os fundos. Bom, daí nós já sabíamos tudo. Aí, o que a Neli quer saber, vai saber olhando o portal transparência. O Ver. Alex Fraga dizia agora isso, vamos colocar todos fundos, é projeto de lei, ninguém vai ser contra, é obrigação da Câmara.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É que a Neli falou outubro de 2022 e nós estamos em setembro de 2023.

SRA. NELI MIOTTO: Existe uma lei, Ver. Pedro Ruas, a lei da transparência que diz que os fundos deveriam receber mensalmente a prestação de contas, assim como a lei da transparência diz que deveria ser publicado de quatro em quatro meses nos fundos e a gente não tem..

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas tu perguntaste o fundo livre para Dona Jeniffer e ela não sabia, quer dizer, tu não sabias.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. NELI MIOTTO: Não tem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. NELI MIOTTO: Para nós é. Eu não consigo eu não consigo orçar uma casa sem saber o valor que eu tenho disponível.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Este registro é feito. O outro, presidente, rápido, e aqui concluo, recontando uma história do pessoal da Fazenda. Quando eu entrei em 1975 – coitado do Alex nem existia –, eu era escriturário da Fazenda, Ver. Cassiá, todas as pessoas que trabalhavam comigo, todas, eram minhas chefes, era subordinado de todos. Então, qualquer pessoa que eu conhecia, eu já chamava de chefe, porque todos eram chefes; tinha 10, 12 pessoas e, quando ia conhecendo, eu já chamava de chefe, porque o cara era meu chefe, todos eram, não havia nada abaixo de mim, eu era o chão da Prefeitura. Bem, mas aprendi a conhecer muita coisa ali dentro também nesta minha etapa tão triste, mas é muito importante que nós tenhamos daqui a duas terças-feiras, é minha sugestão final de encaminhamento, presidente, mais uma reunião deste tipo, talvez já com respostas, talvez, provavelmente até com resposta, mais uma reunião deste tipo, ou seja, sem ser na terça que vem, na outra. Eu estou sugerindo, se é possível.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Ver. Pedro Ruas, me desculpa se eu avancei, mas eu estou saindo daqui sem entender tudo. Eu acho que vocês, pelo o que eu vi aqui, não estão entendendo tudo também. Então isso requer que, desculpa a expressão, esta caixa preta seja aberta para nós, vereadores, senão, Silva, nós não temos condições de voltar aqui. Eu, escutando o que eu vi aqui, não vou votar, no plenário, projeto do governo que pede a unificação dos fundos enquanto não explicar essas questões. Ou seja, é um assunto sério e aqui muitas indecisões, e a partir de agora eu quero saber, ninguém está sabendo, eu quero saber quais as entidades, eu conheço muitas entidades em Porto Alegre, e boas, a maioria boas. Eu quero saber quais as entidades que estão recebendo, eu, como vereador, tenho direito de saber, em nome da população, eu represento a população, nós representamos população. Foi dito aqui que umas completam, outras não completam, outras não conseguem, outras conseguem, quer dizer, o que está sendo efetivado desse dinheiro, é importante. O que não é efetivado não existe; o orçamento tem que ser efetivado, a maioria não é, é uma ficção. Nós não queremos ficção e aí vocês vão nos cobrar mais à frente, lembrem

disso. Ah não gostei do Cassiá porque ele falou aquilo, falou isso, não, eu sou assim, eu falo o que eu quero, o que eu bem entendo, mas não fujo da coerência. Conseqüentemente, não é porque eu sou governo – eu fui um dos poucos do governo que não votei aumento do Prefeito e nem vereador. Não voto imposto de renda, não voto ICMS quando fui deputado, não voto em IPTU, eu nunca votei, agora, têm questões aqui que ficaram ainda muito dúvidas e nós precisamos, presidente, pedir informações para o governo. Eu gostaria de pedir informações de quais entidades que recebem esse valor e que valor, desde quando, para onde vai – a entidade tem que dizer. “Ah, para a cesta básica.” Concordo, mas tem que dizer. Tem entidades que nós também ajudamos. Aqui, eu quero deixar bem claro para vocês que tem entidades que nós damos e podemos dar emenda impositiva. Vocês tiveram uma entidade boa lá, que tem condições de receber, e nós estamos à disposição, os vereadores. Nós damos um pouquinho para cada um, 50 % para a saúde e 50% para entidades, por isso que nós reconhecemos vocês. Agora, o que pedem de dinheiro para a gente... E eu sou muito igual a São Tomé, eu gosto de ver onde está sendo aplicado. Nós somos seres humanos, o político não veio de Marte; veio do meio da sociedade: tem o bom, tem o ruim, tem o mais ou menos, tem de tudo. Portanto, eu preciso ver. E confundiu mais essa reunião de hoje em relação a se o fundo existe, não existe, o que pode, o que não pode. Desculpa a franqueza, mas eu saí daqui bastante indeciso, a forma de concepção da administração, porque o seguinte: Nós não sabemos nem o fundo que tem. Essa é a realidade, não sabemos o que tem a conta. Eu, por acaso, fiquei sabendo lá atrás, quando nós fomos discutir, mas está faltando fundo aqui, que, só nesses que eu tenho, dá mais de R\$ 50 milhões de superávit, gente. Não é de fundo; de superávit. Então, na realidade, a comissão precisa saber melhor da Sílvia, para nós podermos votar. Isso, nós precisamos ter conhecimento, nós não podemos votar o que nós não conhecemos, até porque o vereador fiscaliza, é verdade, mas, nesse caso, só vem para cá quando nós temos que decidir. Nós não podemos exigir que o governo faça alguma coisa, ao contrário, ele manda para cá para nós votarmos. Eu sou um Parlamento, o Legislativo, então, na realidade, eu preciso mais

informações, tem muitas informações, a Fazenda deve nos ajudar para que a gente possa... Eu senti, fiquei tranquilo, correspondente à Fazenda e ao Município, que não existe caixa único aí, não sei se vocês ficam mais tranquilos. São fundos específicos lá das entidades, ninguém pode mexer, só vocês ou a Prefeitura. Então vocês têm que começar a nos ajudar a cobrar isso que é de vocês. Nós estamos à disposição. Desculpem, mas eu preciso ser claro.

SRA. EVA TEREZINHA DOS SANTOS VIEIRA: Vereador, uma palavrinha bem rápida.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O seu nome, por favor, e a entidade que a senhora representa.

SRA. EVA TEREZINHA DOS SANTOS VIEIRA: Eva Terezinha dos Santos Vieira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré, onde tem uma ILPI, Instituição de Longa Permanência para Idosos. Essas suas perguntas, nós temos todos elementos para serem respondidas. Só lhe informar que os projetos são detalhadíssimos e passam pelas comissões com um detalhamento incrível, e as nossas prestações de contas são exemplares. Nós temos SGP, o sistema de prestação de contas, sistema de prestação de parcerias, que é detalhadíssimo. Eu sempre, quando vou fazer uma prestação de contas... Assim, se tudo no Brasil, tudo na política fosse feito com esse detalhamento não teriam os ralos. Então, só para dar informação que tudo isso que o senhor está perguntando já está documentado. Nós temos todos esses processos prontos e, da nossa parte, é muito bem feito. Inclusive, antes do edital agora, teve o calendário bem rigoroso, as entidades cumpriram rigorosamente todas as etapas, mas, o 15 de julho ficou muito para trás ainda. Então, a nossa parte foi feita, e nós estamos aguardando. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado.

SRA. EVA TEREZINHA DOS SANTOS VIEIRA: E outro detalhezinho, esses valores que nós captamos, que entram ali para os projetos, eles não têm nenhuma atualização monetária. Nós fizemos os orçamentos em cima daqueles valores e nós vamos receber... Quando entram os valores, vamos supor que ficam por um ano entrando os valores, então, tem dois anos, nós vamos usar esses valores ou apresentamos um plano de aplicação, aquele valor que foi R\$100 mil depositado no início, no final do ano, já tem uma desvalorização muito grande. Depois, mais um tempo bem maior, elas foram até muito singelas em dizer que sete, oito meses; está levando um ano para liberarem. Então, do momento em que o ajudante, o doador, entrega e quando nós vamos utilizar tem uma defasagem muito grande. A gente queria comprar tantas coisas e já não é possível, os orçamentos já não são mais possíveis. Então, tem muita... E tem outra coisa, os doadores estão sabendo desse problema em Porto Alegre. Tem muita gente que não está doando mais aqui para Porto Alegre, está indo para outras cidades, porque, como falaram: “Por que tem uma burocracia tão grande?” Eles sabem, são pessoas experientes, eles sabem que, se tem uma burocracia muito grande, não está regular. Então, tem muitos doadores que não estão mais em Porto Alegre, estão em outras cidades. A cidade que era amiga do idoso não é mais. Eu trabalho há 27 anos, e o nosso trabalho é voluntário, toda diretoria é voluntária. Eu trabalho há 27 anos, o que eu já vi de todas as situações do idoso, das pessoas que nos procuram, as autoridades não têm conhecimento diretamente o que é vivenciar essa situação. Obrigada. (Palmas.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Parabéns! Parabéns a todos vocês!

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado pelo seu depoimento. Para encerrarmos, então, tem mais a fala do Seu Emir. Mas antes, Emir, eu quero aqui já deixar para encaminhamento todas as ponderações, todos os questionamentos que foram dados hoje. Já conversei com a minha assessoria ali, o Tiago já me informou, dia 26/9, já temos outra agenda para esta comissão, secretário Nelsinho, para nós vermos aqui o que já foi, o que teve andamento, o

que foi resolvido, enfim, para que a gente possa dar continuidade nessa segunda rodada e, com certeza, já ajustar muitas coisas que foram solicitadas aqui, dentro do possível, da legalidade, para que a gente consiga fazer esses encaminhamentos. Então, Seu Emir, para finalizar, encerrando, por favor, o senhor tem a palavra.

SR. EMIR ROBERTO DA SILVA: Tá bom, muito obrigado. Eu acredito que até talvez já esteja encerrada a pauta, não vai ser mais valorizado meu esclarecimento, mas para ficar aí.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Não. Não encerrou ainda. O senhor tem a fala para nós encerrarmos depois.

SR. EMIR ROBERTO DA SILVA: Eu sou o Emir Roberto da Silva, vice-presidente da Associação de Cegos Louis Braille, que mantém uma Casa Lar do Cego Idoso, lá na *Zona Norte* de Porto Alegre. Eu queria dizer para os funcionários da Fazenda ou do Município, da secretaria, os concursados, que eu recebi, assim, meio como um carteiraço dizendo que o poder público, digamos assim, a instituição é desse segundo plano, o funcionário é primeiro plano. Não é isso. Nós não precisamos medir força para dizer quem tem mais direito ou quem tem menos direito, quem tem mais erros, quem tem menos erros, não era esse o objetivo da pauta aqui, colocar nós contra eles e eles contra nós. As nossas necessidades lá são gritantes, o idoso, o funcionário que trabalha seis meses sem perspectiva de receber um projeto que está atrasado, o nosso lar lá ficou de janeiro a julho sem receber repasse da Prefeitura com um projeto arrecadado há mais de anos já o valor no caixa da Prefeitura. É isso que nos angustia, o funcionário quer receber, não sabe se vai receber, o idoso precisa do cuidado, não dá para mandar... Um filho de um funcionário disse lá para nós esses dias que a mãe deveria passar uns dias em casa, já que não recebe, não poderia receber no fim do mês, larga o idoso lá e fecha um uns meses, 15 dias, fecha a casa e vai embora, o funcionário que não recebeu não trabalha. Só que

não dá pra fazer isso, a gente não pode fechar o asilo por seis meses para esperar o recurso voltar. A equipe técnica precisa receber. Eu acho que tudo, o choro, se é válido do lado do servidor público que não tem equipe técnica, a gente até contrata uma equipe técnica para cuidar do idoso lá, acolher no máximo de cuidado possível, às vezes não atendendo totalmente como eles mereciam, com o mínimo de recursos, isso também tem que ser valorizado, tem que ser visto como se fosse um trabalho importante lá na ponta também. Não é que o servidor é menos importante ou mais importante, não é isso que nós colocamos aqui em jogo. Parece que o pessoal do Comui aqui ficou meio constrangido porque está mexendo numa ferida que dói nos funcionários. O funcionário não consegue se defender, dizer que o processo que é feito há tempo leva seis meses pedindo, a conta gotas, muitas vezes, a documentação. Não sei se é culpa de protocolos, do funcionário que não criou o protocolo. Quando vocês trocam o nome da secretaria ou incorporam uma secretaria na outra, lá na ponta, para nós, para o idoso, para o asilo, para o funcionário não pode dar reflexo lá, e o repasse tem que acontecer normalmente, independente. Essa lei diz que o repasse não poderia ser interrompido enquanto o serviço tiver sendo executado, e a gente interrompe sem o mínimo de constrangimento, o poder público interrompe o repasse sem mínimo de vergonha de fazer isso, sabendo que o idoso está sendo atendido, que o morador está sendo atendido lá na ponta, seis meses que a entidade abriu um déficit de R\$ 200 mil, eu vou me estender a tarde toda, se eu continuar falando, mas só para concluir ficou um déficit em aberto de R\$ 200 mil. Quem paga agora? Eu queria saber. O atendimento foi feito. Eu acho que era isso. Obrigado.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Só para concluir, se a documentação está certa das entidades, por que levar um ano para o repasse chegar até elas? A documentação está *ok*, eu vou levar um ano para receber, como a senhora falou ali, a documentação está certa, está cem por cento, não tem mais o que provar nenhum tipo de coisa da documentação. Ninguém aqui quer que façam as coisas erradas, escusas, pagar coisas que não sejam o correto, o certo, o que

está realmente ali na documentação, porque nós somos pessoas inteligentes e ninguém vai querer colocar o seu nome em jogo. Então deixo essa pergunta para ser respondida na próxima reunião.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Estou preocupado com a história dos R\$ 200 mil, além de todo o resto, os R\$ 200 mil que foram colocados agora pelo seu Emir, eu acho que dia 26 tem resposta, se possível antes. Essas senhoras idosas estão aqui, a dona Rochele e a dona Jennifer até lá podem nos dizer alguma coisa, talvez antes, se possível. Exatamente, não espera.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A sua resposta já para concluir, por favor.

SRA. ROCHELE S. MARINHO NEVES: Já para concluir, a gente já está no adiantado a hora. A gente pode dar as respostas, mas é importante que cada situação que é apontada aqui vem de uma forma muito ampla, que a gente possa acessar o processo, e não tem problema nenhum, a gente pode inclusive na próxima reunião abrir aqui o telão e abrir os processos e a gente explicar a situação de cada um, trazer a listagem das instituições que estão com situações, que a gente pega o processo e que a gente explique e ali a gente possa ver se teve situação de falta de documentação ou não. Inclusive tem um *e-mail* criado que é o de gestão e fundos que é um *e-mail* justamente para situações assim, que entrem em contato conosco para que a gente veja o que aconteceu, qual é o problema, e a gente possa resolver de uma forma mais célere. Isso já acontece e esse *e-mail* já foi divulgado, foi enviado pra todas as OSCs.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado. Tem mais pessoas, mas já vamos fazer o encerramento aqui então. A senhora tem mais alguma questão?

SRA. FÁTIMA ANFLOR ALVES: Eu sou gestora de projetos do Instituto Pró-Saúde. Só para reforçar a fala do seu Emir, quanto aos atrasados não tem nenhuma segurança para nós. O que é perdido de valor aí, de funcionário que não recebe, ninguém assume essa responsabilidade, porque dizem que não tem na lei, que não está na lei isso. E aí acaba que esse dinheiro não vem para a instituição, ninguém paga a conta dos atrasados, a instituição que sofre. Não é só o Instituto, é o seu Emir, as outras ONGs todas. A gente não para de trabalhar, a gente não para de trabalhar. E aí, quem paga essa conta? Eu acho que essa fala do seu Emir vem muito a calhar, acho que faltava a gente reforçar isso, porque realmente é bem complicado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Essa é uma das explicações então que teremos na próxima reunião como encaminhamento. Muito obrigado a todos a pela presença. Muito obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h32min.)